

andarILHAgem n.º 3



FICHA TÉCNICA

andarLHAgem

www.azores.gov.pt



Propriedade e edição:
Presidência do Governo Regional dos Açores
Direcção Regional das Comunidades

Director:
Alzira Maria Serpa Silva

Coordenação:
Álamo Oliveira

Redacção:
Paulo Teves | Nélia Andrade
João Martins | Raquel Rodrigues

Concepção gráfica:
Rui Melo

Impressão:
Nova Gráfica

Periodicidade:
Semestral

Direcção Regional das Comunidades

FAIAL
R. Cônsul Dabney
Colónia Alemã
9900-014 HORTA
Telef.: (351) 292 208 100
Fax: (351) 292 391 854

TERCEIRA
Rua do Palácio
9700-143 ANGRA DO HEROÍSMO
Telef.: (351) 295 215 826
Fax: (351) 295 214 867

SÃO MIGUEL
Rua Padre José Joaquim Rebelo, 20
Edifício Boavista
9500-782 PONTA DELGADA
Telef.: (351) 296 204 811
Fax: (351) 296 284 380

E-mail: drc@azores.gov.pt

ÍNDICE

VENTOS C/NOTÍCIAS ■	36
	Acordo ortográfico
	Vamos escrever na «nova» língua?
	<i>Humberta Araújo</i>
	43
Direcção Regional das Comunidades	A língua como mensagem sócio-cultural
Factos do semestre	<i>Caetano Valadão Serpa</i>
	47
Atendimento para a integração do cidadão	Os lusocanadianos e a aprendizagem de
<i>Nélia Andrade</i>	Português na Universidade
	<i>Manuela Marujo</i>
	51
Migrações/ Programa «Saudades da Terra»:	O Teatro do Oprimido, o diálogo
Relato de duas histórias de vida	intercultural e o <i>Mercador de Veneza</i>
<i>Rosa Cassiano/ Débora Teves/</i>	<i>António Henrique Tavares</i>
<i>Vera Medeiros</i>	
	15
Açorianos na quarta maior	■ ALGAS SONHOS TRANSPARÊNCIAS
cidade do planeta	
(Casa dos Açores de São Paulo)	56
	Coincidência
	<i>Manuel Machado</i>
Açorianos em São Paulo	59
(séculos XVI, XVII, XVIII, e XIX)	White Chair
<i>Paulo Bonfim</i>	<i>Frank X, Gaspar</i>
	61
A influência portuguesa no Havai	Primeiro poema
<i>Audrey Rocha Reed</i>	62
	Viagem mítica
III Congresso Internacional sobre as Festas	Abuso
do Divino Espírito Santo	<i>Maria das Dores Beirão</i>
(Reportagem)	63
	Três imagens com legendas de
MARÉS DE TODOS OS MARES ■	<i>Eduardo Bettencourt Pinto</i>
	32
A interculturalidade nas migrações	
em espaços insulares e continentais	
– Testemunhos açorianos	
<i>Alzira Maria Serpa Silva</i>	



ventos c/ noticias



EDITORIAL

A revista andarILHAgem, com este seu número 3, continua a cumprir-se no e a tempo. Mais uma vez, sobressai a generosidade dos colaboradores que, pontualmente, respondem às solicitações temáticas que lhes são propostas.

Por isso, é sempre aliciante poder contar com tanta gente disposta a dar corpo a este projecto que se objectiva no estudo e na compreensão das migrações onde os Açores se inscrevem num mapa pluricontinental.

Neste número, regista-se o que de mais significativo tem contribuído para conhecer os Açores através de uma migração que encurtece distâncias, desvanece fronteiras e afirma as especificidades da açorianidade pela informação dita globalizada.

Exemplo dessa informação foram os saberes partilhados por mais de meia centena de pessoas, por ocasião do III Congresso Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo. Vindos do Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Continente e Açores, trinta e dois participantes deram o seu contributo para o conhecimento da que é a mais antiga e profunda manifestação cultural e religiosa que os açorianos fizeram migrar, fixar e manter: o culto ao Espírito Santo.

Tema por demais envolvente é o do acordo ortográfico para a Língua Portuguesa. Durante muitos anos, uma equipa da especialidade, composta por elementos dos espaços lusófonos, procurou consensuar diferenças e, sobretudo, justificar a necessidade de uma ortografia comum. É um tema que interessa a todos quantos estão interessados em aprender a Língua Portuguesa em qualquer nível de ensino e em qualquer ponto do Mundo.

E que, como disse Gedeão, o sonho continue a comandar a vida até aos horizontes do nosso andarILHAr.





DIRECÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES

Factos do semestre

2008 – Ano Europeu do Diálogo Intercultural – manifestou, nos Açores e, conseqüentemente na Direcção Regional das Comunidades, um sentimento profundo de promover o diálogo entre todos os povos e culturas.

Dinamizar a actividade artística dos nossos migrantes, sensibilizar a participação sócio cultural nas sociedades de acolhimento, criar espaços que potencializem o debate permanente e aceso do fenómeno migratório, entre outras, foram premissas sempre patentes na prossecução de diversas actividades que a Direcção Regional promoveu no primeiro semestre de 2008.



A 9 de Fevereiro de 2008, a Direcção Regional das Comunidades, em parceria com a Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, realizou a sessão comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Poeta cabo-verdiano Manuel Lopes, na Sociedade Amor da Pátria, sob o lema “A evocação do seu pensamento literário e da sua influência enquanto viveu na ilha do Faial”.

Nos 11 anos vividos na referida ilha (1944-1955), trabalhando para a Companhia inglesa *Cable and Wireless*, Manuel Lopes deixou marcas importantes no espaço da escrita criativa açoriana.



Antes da sessão comemorativa, foi inaugurada uma exposição fotográfica sob o título *Rostos da Claridade*, de Jorge Martins. Seguiram-se diversas comunicações proferidas por Henrique Melo Barreiros, Gilberto Lopes (filho do Manuel Lopes), Eduíno de Jesus, Alzira Silva e o Embaixador de Cabo Verde em Portugal. Depois, subiu ao palco o grupo CVA, uma banda musical que integra cabo-verdianos residentes na ilha de São Miguel.

Fotografias de Ricardo Guilherme

De 17 a 19 de Fevereiro, nas instalações da Casa dos Açores de Lisboa, cerca de trinta investigadores, professores universitários dos EUA, Canadá, Brasil, Uruguai, Portugal Continental e Açores debateram o futuro do Portal *diasporaacoriana.org*.

Este Portal contribuirá para o estreitamento das relações Açores/Comunidades, e para promover um maior conhecimento da Região, nomeadamente da sua história e da sua diáspora, através de diversas contribuições nas áreas da História, Literatura, Ensino da Língua Portuguesa, Referências Bibliográficas, Artes e Letras, bem como Património Cultural.

Durante 3 dias do mês de Março diversas organizações sociais – representativas da comunidade açoriana nos EUA, Canadá e, pela primeira vez, das Bermudas, bem como instituições dos Açores com trabalho relevante em diversas áreas sociais –, participaram no IV Encontro de Organizações Sociais das Comunidades subordinado ao tema: *Os Açores e as Comunidades: estratégias de trabalho em rede como resposta a problemas sociais comuns*.

Este acontecimento ocorreu na Vila da Lagoa e teve como objectivos reflectir sobre lógicas e estratégias do trabalho em rede nas práticas de intervenção social; sobre problemas sociais da actualidade com os quais as organizações se deparam no exercício da sua prática profissional; potenciar o conhecimento, a troca de saberes e o intercâmbio de respostas face aos problemas sociais; desenvolver parcerias efectivas e dinâmicas entre organizações sociais das Comunidades e da Região Autónoma dos Açores.

Crise e desajustamento familiar, exclusão social/ dependências e apoio social a idosos, foram os temas debatidos no encontro que, facilitando a comunicação de ideias e estratégias inovadoras entre os técnicos e a união de esforços entre todos, em prol de uma causa comum, pretendeu contribuir para uma melhor e progressiva adequação das práticas profissionais às necessidades reais dos cidadãos e, conseqüentemente, à minimização das causas geradoras de desigualdades e exclusão social ainda existentes na sociedade actual.



Enquadrado nas comemorações do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, a Direcção Regional das Comunidades, em parceria com a Associação dos Imigrantes nos Açores e Associação dos Fotógrafos Amadores dos Açores, lançou o Concurso de Fotografia “Olhares Sem Fronteiras”.

Esta iniciativa pretende contribuir para a promoção da diversidade de culturas existentes nos Açores, visando também combater o racismo e a xenofobia e fomentar o entendimento cultural entre os povos e entre aqueles que residem na Região, e que têm a fotografia como forma comum de comunicação.

Podem concorrer todos os fotógrafos residentes em território nacional, com um máximo de oito fotografias por participante, tendo, como obrigatoriedade, a apresentação de trabalhos inéditos e que as fotos tenham sido tiradas na Região.

O vencedor – a revelar a 6 de Setembro –, será premiado com uma semana em São Tomé e Príncipe.

De Março a Junho, a Direcção Regional das Comunidades realizou, em todas as ilhas do arquipélago, sessões de esclarecimento sobre as novas leis em vigor para a imigração e nacionalidade, tendo, como público

alvo os imigrantes residentes na Região, cumprindo assim a orientação de que *cidadãos bem informados poderão ser bem integrados*.

Estas sessões contaram com a participação dos juristas e técnicos de atendimento ao público da Direcção Regional das Comunidades, os quais, após uma breve apresentação dos objectivos destes serviços, responderam às dúvidas colocadas sobre os procedimentos específicos a adoptar pelos imigrantes.

Para promover a integração dos imigrantes nos Açores, a Direcção Regional das Comunidades organizou Cursos Livres de Língua Portuguesa e Inglesa, bem como de Informática.

Estes Cursos decorreram nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, permitindo, aos formandos, o acesso a outras áreas de conhecimento que possibilitarão, por um lado, o acompanhamento dos tempos e do desenvolvimento tecnológico e, por outro, o acesso a um maior leque de possibilidades de trabalho, contribuindo para uma maior satisfação profissional e, conseqüentemente, pessoal e familiar.

A 16 de Abril, reuniu-se o grupo de trabalho do Projecto Regressos que tem, como objectivos, facilitar a integração do cidadão regressado compulsivamente na sociedade açoriana, procurando estabelecer uma ponte entre ele e a sua família e amigos que ficaram no país de acolhimento. O mesmo projecto visa também dar a conhecer a taxa de integração dos cidadãos regressados compulsivamente na sociedade açoriana, bem como a taxa de sucesso dos programas de integração existentes; conhecer os dados estatísticos relativamente à reincidência destes cidadãos em situações de crime e dependências; conhecer as suas relações familiares e profissionais.

Para além da Direcção Regional das Comunidades, participaram a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, o Instituto de Acção Social, as Associações *ARRISCA* e *Novo Dia*, Consulado EUA em Ponta Delgada, Embaixada de Portugal em Washington, Consulado de Portugal em New Bedford, o District Attorney, o Gabinete do Congressista Barney Frank, o Xerife de Bristol County, o Immigrant's Assistance Centre, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, bem como uma comitiva de Cabo Verde, com destaque para a presença de personalidades

ligadas ao Instituto das Comunidades e de Maria Silva, deputada da Assembleia Nacional.

O III Congresso Internacional sobre as Festas do Divino espírito Santo ocorreu em Angra do Heroísmo, de 15 a 19 de Maio, tendo encerrado com coroação e «função» na freguesia do Raminho. Sobre este acontecimento, ver a reportagem fotográfica inserta neste revista.

Foram apresentados 32 trabalhos sobre a temática específica do Congresso, da autoria de pesquisadores e estudiosos vindos do Brasil, América e Canadá, bem como do Continente português e dos Açores.

A Portuguese Heritage Publications (Califórnia) candidatou-se à realização do IV Congresso, em 2010.



Nos dias 29 e 30 de Maio de 2008, a cidade de Angra do Heroísmo foi palco de uma Conferência internacional subordinada ao tema “*Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em espaços insulares*”, estando presente diversos especialistas dos Açores, Continente, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, Espanha, Itália, Polónia, Grécia, Nova Zelândia, Tunísia e Cabo Verde.

Organizada pela Presidência do Governo Regional dos Açores, através da Direcção Regional das Comunidades, em parceria com a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, esta conferência pretendeu reflectir sobre migrações internacionais e sobre o que estas trazem de

desenvolvimento para os espaços insulares.

Para além de quatro workshops – durante os quais foram apresentadas 16 comunicações –, este seminário compreendeu ainda duas sessões plenárias, subordinadas às temáticas “Migrações, Insularidade e Relações Internacionais” e “Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares” e uma Mesa Redonda sobre “As especificidades das Migrações nos Espaços Insulares: Relações Sociais, Integração e Desenvolvimento”.

Esta Conferência foi realizada no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.

O estabelecimento de uma “plataforma de diálogo e de conhecimento intra e intercomunitário (Açores e a sua diáspora) constituiu o objectivo transversal do fórum GNOSIS, que esteve em debate de 6 a 8 de Junho, em Angra do Heroísmo.

Ao longo de três dias, cerca de quarenta participantes dos Açores, Madeira, Canárias, Estados Unidos, Canadá e Brasil apresentaram diversas comunicações e participaram em sessões que abordaram a importância da comunicação social e do associativismo na manutenção da identidade açoriana.

O encontro significou o potenciar de um grupo de trabalho que, na diáspora açoriana, possa acompanhar e dar seguimento ao processo de aproximação entre as comunidades e de dinamização das suas actividades.

Este é um projecto que vai irradiar para outras comunidades uma vez que a criação de um portal na internet, para reunião de informação junto das populações emigradas nos diversos países de acolhimento, representa um esforço de mobilidade e de comunicação no aprofundamento de laços entre as diferentes regiões.

«Marcha com gentes, danças e culturas», da autoria de Álamo Oliveira (letra) e de José Avelino Simões (música), desfilou em Angra do Heroísmo, na noite de São João.

Organizada pela Direcção Regional das Comunidades, esta marcha foi enformada, quase exclusivamente, por imigrantes vindos do Brasil, Cabo Verde, Angola, Ucrânia, Rússia e Alemanha.

Com esta iniciativa, pretendeu-se conferir maior visibilidade à comunidade imigrante radicada nos Açores.



ATENDIMENTO PARA A INTEGRAÇÃO DO CIDADÃO

Um dos serviços que a Direcção Regional das Comunidades presta aos seus utentes tem, como objectivo, a integração plena e de direito na sociedade de que quer fazer parte, na qualidade de candidato a emigrante, emigrante, regressado e imigrante.

É nesta área que se pretende, com este pequeno trabalho, proceder à divulgação dos serviços prestados aos utentes deste departamento, através de um atendimento, personalizado, que se realiza, diariamente, nos três pólos desta Direcção Regional, sediados na Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, o qual se estende às restantes ilhas do arquipélago através de deslocações periódicas de funcionários, a fim de satisfazerem, localmente, eventuais necessidades deste público alvo.

Relativamente aos candidatos a emigrante, que actualmente são muito poucos, uma vez que a emigração para os EUA e Canadá é aceite só para noivos, cônjuges, pais e filhos menores, a DRC presta-lhes apoio na elaboração de todo o processo para emigrar, nomeadamente, na obtenção de certidões, passaporte, fotos, boletim de vacinas actualizado, registos criminais, preenchimento de formulários, marcações de inspecção médica e entrevista para a concessão do respectivo visto.

Para além deste apoio, também o candidato a emigrante é sensibilizado no sentido de, após a sua integração na sociedade de acolhimento, preservar os seus valores culturais e observar as regras de cidadania que levam ao bom convívio social por forma a que a sua integração se processe de uma maneira sólida, a fim de conseguir atingir os objectivos que os levaram a escolher outro país para efectuar a sua realização pessoal, familiar e profissional.

No que concerne ao emigrante, os serviços de atendimento de público da DRC prestam apoio sempre que estes necessitem de tratar de assuntos que se enquadrem no âmbito de atribuições deste departamento, e de outros através de encaminhamento para as instituições onde possam ser tratados.

Neste âmbito, são prestados apoios no tratamento de processos com vista à obtenção de reformas portuguesas, de documentação variada que apenas pode ser adquirida na Região.

Esporadicamente, efectuam-se contactos com instituições das comunidades com vista à resolução de problemas colocados a este departamento por emigrantes da diáspora.

Quanto ao emigrante regressado, este normalmente volta para a sua terra de origem após ter obtido a sua reforma.

Uma vez a residir nos Açores, este emigrante aborda-nos, porque tem necessidade de uma prestação de serviços muito variada, contactando frequentemente o serviço de atendimento de público para tratar de diversos assuntos, nomeadamente:

Provas de vida; isenção ou reembolso de taxa de não residente, «income taxes» (declaração de impostos) obtenção de documentação diversa, como certidões de nascimento, casamento, óbito e divórcio, certificados escolares, declarações para fins de importação de veículos, cartas de condução, registos criminais, transcrições de nascimento, casamento e óbito, autenticidade de documentação diversa pelos consulados portugueses espalhados pelas nossas comunidades, etc..

Saliente-se que cada país, tendo legislação própria, obriga a um conhecimento muito diversificado da mesma e de soluções para os problemas apresentados.

Presentemente, o maior número de trabalho realizado nesta área é voltado para os regressados dos EUA, Canadá, Bermuda, Brasil, Austrália e França.

Ainda em relação ao emigrante regressado há que ter em conta aqueles que o fazem de modo

compulsivo. A estes emigrantes a DRC dá-lhes uma atenção especial, concedendo-lhes apoio na obtenção dos seus documentos pessoais.

Colabora ainda com os mesmos na obtenção de documentação variada que apenas pode ser adquirida e certificada no país onde residiam.

Para além deste apoio directo, a DRC é parceira da Rede de Suporte Sócio-Cultural à Mobilidade Humana, organismo constituído por diversos elementos pertencentes a vários departamentos regionais, o qual, sob a orientação do Instituto de Acção Social (IAS), faz o acolhimento destes indivíduos no aeroporto, e desenvolve acções com vista à sua plena integração social e profissional.

No que diz respeito à imigração, a DRC alargou as suas competências a esta área no ano de 2004, na vigência do IX governo.

Neste campo, o atendimento de público desenvolve actividades em diferentes sectores, nomeadamente no campo jurídico e da tramitação de documentação.

Assim, tratam-se de assuntos relacionados com emissão/renovação de passaportes, certidões, certificados de nacionalidade, inscrições consulares, registos criminais, transcrições de casamento, autenticidade de certificados escolares, cartas de condução, procurações, etc..

Para além dos serviços de natureza burocrática, a DRC promove iniciativas (sessões de esclarecimento, cursos livres para imigrantes, feira viver culturas, etc.) que visam promover a integração e a interculturalidade por forma a que a comunidade imigrante residente no arquipélago tenha acesso a um maior leque de possibilidades de trabalho com vista a uma maior satisfação pessoal, familiar e profissional.

NÉLIA ANDRADE

DRC - Gabinete de Intercâmbio Cultural Comunitário





MIGRAÇÕES

Programa “Saudades dos Açores”: relato de duas histórias de vida

Convidados a colaborar com o seu testemunho, dois, de entre os 15 participantes do programa “Saudades dos Açores”, que teve lugar na ilha de S. Miguel de 16 a 24 de Novembro de 2007, partilharam connosco os seus percursos de vida, desde os anos que precederam a sua partida para o país de destino, o Canadá, no caso presente.

O que os motivou a emigrar, as dificuldades encontradas no país de acolhimento, as suas impressões no reencontro com a terra natal, são-nos contados através de entrevistas realizadas por duas estudantes finalistas do curso de serviço Social ministrado na Universidade dos Açores, as quais, no âmbito do plano de estudos do curso, se encontram a efectuar estágio na Direcção Regional das Comunidades – Gabinete de Integração Social, em Ponta Delgada, facto que proporcionou a sua participação na organização e acompanhamento do programa.

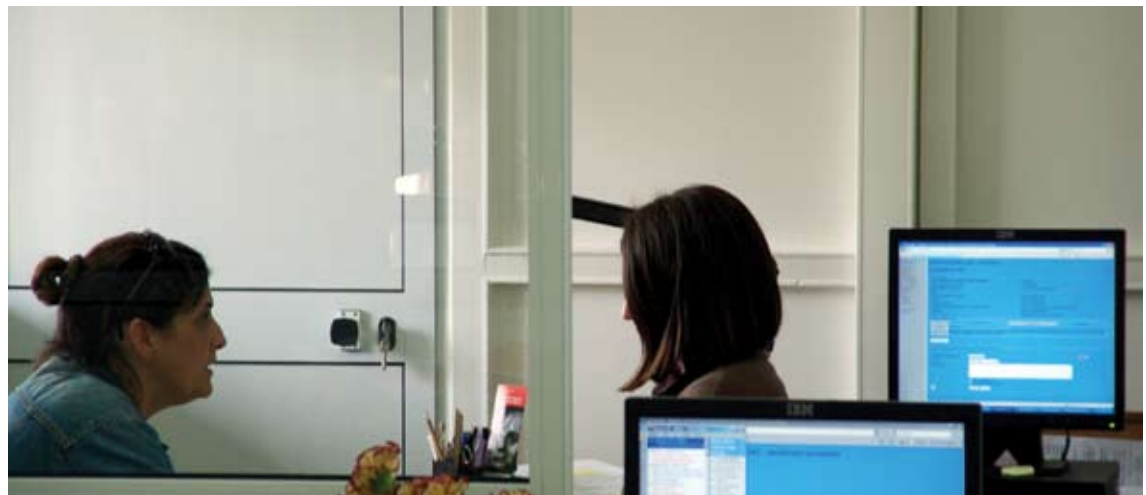
O programa “Saudades dos Açores” é promovido anualmente pela Presidência do Governo, Direcção Regional das Comunidades, desde 2003, em parceria com a SATA Express, no Canadá e a Azores Express, nos EUA, tendo contado até ao momento com um total de 65 participantes, 10 naturais da Terceira, 6 de S. Jorge, 1 do Pico, 1 do Faial e 47 de São Miguel. Do total, 35 são residentes nos EUA e 30 no Canadá, situando-se a média de idades, nos 72 anos.

Têm colaborado de forma continuada na selecção dos participantes, algumas das organizações sociais dos EUA e Canadá, com as quais a DRC mantém protocolos de cooperação: no Canadá, o Abrigo-Centre, em Toronto e, nos EUA, o SER-Jobs for Progress (Costa Leste) e a V.A.L.E.R. (Valley Area Living Enabling Resources) na Califórnia.

O programa em apreço, destinando-se a emigrantes nascidos nos Açores, com idade superior a 60 anos, que por condicionalismos de ordem económica não visitam a RAA há mais de 20 anos, integra-se no leque de iniciativas que a DRC desenvolve, com o objectivo de promover o fortalecimento dos laços entre os Açores e as Comunidades espalhadas pelo Mundo.

ROSA CASSIANO

DRC – Gabinete de Integração Social



HISTÓRIAS DE VIDA



A senhora Maria Lurdes Homem, de 77 anos de idade, nascida na freguesia das Capelas do Concelho de Ponta Delgada, emigrou para o Canadá em 1968, juntamente com o marido e com quatro filhos, todos menores de idade.

Os principais motivos que a levaram a emigrar prendem-se com o facto de que a oferta de emprego não era muita, só o marido trabalhava, e a senhora Lurdes não conseguia arranjar um emprego estável; mas a principal razão para a emigração diz respeito aos filhos, pois achava que a ilha não oferecia condições para a educação dos mesmos.

Perante as dificuldades vividas, a senhora emigra para Vancouver através de uma carta de chamada feita pela irmã; foi esta que a recebeu, apesar da casa ser muito pequena para tanta gente.

Apesar de ter sido muito bem recebida pela família, a adaptação ao país de acolhimento não foi fácil. A senhora referiu que passou por muitas dificuldades, uma delas relacionada com o facto do marido ter ido trabalhar para as minas, não podendo trabalhar na construção porque não sabia falar inglês; esta situação fazia com que a família só o visse durante as festas; para além desta, também encontrou dificuldades em aprender a língua e ao nível da habitação.

Dois anos depois de ter emigrado, a dona Lurdes

decidiu mudar-se para Toronto, porque considerava esta cidade mais desenvolvida, com mais ofertas de emprego. Foi a partir daqui que a vida começou a estabilizar, a família estava toda junta, o marido foi trabalhar para a construção (já tinha umas noções básicas de inglês), a senhora começou a trabalhar como “mulher jaquelina” (mulher de limpeza), e a filha mais velha também já ajudava, realizando um trabalho temporário; quanto à estadia, ficou a viver durante um tempo na casa onde trabalhava.

Após três anos de imigração, e com algum dinheiro já guardado, a senhora Lurdes consegue dar entrada para comprar uma casa; como era relativamente grande, decidiu arrendar alguns quartos.

A primeira vez que viu a bandeira Portuguesa no Canadá foi algum tempo depois de ter ido para Toronto, num momento em que assistiu à parada do “Dia do Trabalhador”, ao mesmo tempo que ouvia o hino português, sentindo-se muito emocionada, como a mesma refere.

Foram muitas as diferenças que encontrou relativamente ao modo de vida cá e o modo de vida lá, sendo elas a diferença na língua, nas moradias, mas principalmente na maneira como os patrões tratavam os seus empregados; a dona Lurdes afirmou que foi muito bem tratada enquanto trabalhava como “mulher jaquelina”, comia à mesa com os patrões e era sempre tratada com muito respeito. A mesma referiu que esta situação contribuiu para uma melhor educação dos filhos.

Para além de efectuar o trabalho já referido, também trabalhava “nos votos do Governo em Toronto”, tendo sido premiada com a “medalha da rainha no parlamento”, e trabalhou durante sete anos na imigração Católica.

Questionada sobre se se tinha arrependido de ter emigrado, a entrevistada referiu que muitas vezes desejou regressar a São Miguel pois passou por muitas dificuldades enquanto imigrante, mas também diz que “valeu muito a pena todos os sacrifícios para agora poder ver os meus filhos bem encaminhados e os meus netos com curso universitário”, e ainda afirmou: “o que eu

queria era que as minhas filhas pudessem dar aos seus filhos aquilo que eu não pude dar a elas. Queria que as minhas filhas não passassem as necessidades que eu passei”.

Relativamente à nossa ilha actualmente, esta referiu que “muita coisa mudou, olhava e sentia algo diferente, não acreditava que estava naquele momento em São Miguel” e ainda disse “é uma maravilha, um sonho, se a minha ilha fosse assim eu não tinha ido para o Canadá e não tinha sofrido o que sofri”.

No final da entrevista, a senhora Lurdes afirmou que foi “uma viagem inesquecível”, e decidiu presentear-nos com uns excertos que se cantavam na sua juventude:

“Eu sou dos Açores
Cantinhos de Portugal
Onde existe meus senhores
Beleza mais natural

Não há nada nesta terra
Que não seja bem bonito
Adivinha se és capaz
A começar na galocha
Seguindo o capote
E acabando no ananás.”

DÉBORA TEVES

Estagiária de Serviço Social



Gilberto Câmara, de 67 anos, nascido em São Roque (S. Miguel), emigrou para o Canadá em 1966. Foi sozinho e refere que a viagem de avião não lhe causou medo, visto que já tinha andado de avião na tropa.

Casou por procuração com a Senhora Odília, que depois foi viver com ele para o Canadá. O sr. Gilberto refere que a vida cá em S. Miguel era difícil, e que trabalhava de marceneiro antes de emigrar.

Este emigrante como muitos outros foi em busca de uma vida melhor, onde pudesse ter uma situação financeira estável. Este Senhor contou-nos que “lá



trabalha-se muito para ter alguma coisa”. O sr. Gilberto trabalhava numa fabrica durante o dia, dia de trabalho este que começava por volta das 5 da manhã, e que depois do horário de trabalho ainda fazia uns serviços extra, sendo que o seu dia de trabalho se prolongava muitas vezes até à meia noite.

Mais tarde, seus sogros foram viver com ele no Canadá e sua esposa, Odília Câmara, viu-se obrigada a deixar de trabalhar para cuidar dos pais que se encontravam adoentados; mais tarde foi a vez da sogra da Sra. Odília ir viver com o casal após ter viúvado, sendo que foi o casal que tratou dos funerais dos três membros da família.

Apesar de só saberem falar o básico de inglês gostam de lá estar porque foi lá que conseguiram arranjar melhores condições de vida e casa própria.

Ao participar no programa “Saudades dos Açores 2007” o Sr. Gilberto que já não vinha a São Miguel há mais de 20 anos e está emigrado há 41, achou a nossa ilha completamente diferente “mudou da noite para o dia” – refere o sr. Gilberto Câmara, que foi uma presença sempre bem disposta no programa, com uma personalidade afável e sempre tratando a sua esposa com muito carinho e uma dedicação exemplar.

VERA MEDEIROS

Estagiária de Serviço Social





AÇORIANOS NA QUARTA MAIOR CIDADE DO PLANETA

Ainda hoje a comunidade açoriana está concentrada no bairro de Vila Carrão, região leste da cidade, mas já parcialmente dispersa na megalópole paulista e municípios vizinhos.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A cidade de São Paulo localiza-se no Estado de São Paulo, na região sudeste do Brasil e possui cerca de onze milhões de habitantes sendo considerada, por isso, a quarta maior cidade do planeta. São Paulo é conhecida como a terra dos Bandeirantes, antigos e valorosos desbravadores, em sua maioria fruto da miscigenação Luso-Indígena que, em tempos idos, penetraram os sertões do imenso território que hoje forma o grande país que é o Brasil. Nas veias destes desbravadores, não raro, corria o sangue açoriano, conforme pesquisa do escritor e poeta Paulo Bomfim – paulista descendente de açorianos – cujo texto está publicado nesta edição da revista andarILHAgem.

Se comparada à emigração açoriana para o sul do Brasil, no século 18, e mesmo para outros estados do Brasil, no século 17, a emigração açoriana para o Estado de São Paulo, talvez não tenha sido tão expressiva à época, como de resto não o foi tão fortemente para os estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No entanto, existem registros de que um número razoável de açorianos por aqui aportou, desde os primórdios da colonização, participando da gênese de importantes famílias nativas, uma delas de sobrenome Arruda Botelho, cujos patriarcas tinham sua origem na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, vindos para São Paulo, ainda rapazes, no ano de 1643. Destes jovens emigrantes, descendeu, por exemplo, o Conde do Pinhal, Antonio Carlos de Arruda Botelho, cuja família, fundou a Vila de São Carlos do Pinhal, hoje uma importante cidade do interior Paulista, chamada São Carlos. Gaspar Frutuoso, em suas crônicas, já registrava a vinda de açorianos para o Brasil, lá pelos idos de 1579, muito

provavelmente para São Paulo, embora não se saiba o seu exato destino.

Mais recentes (século 19) são os registros da presença de famílias açorianas na cidade de São Paulo. Um exemplo é o das famílias Paim e Pamplona, a quem a cidade homenageia, dando-lhes o nome familiar às ruas PAIM e PAMPLONA, situadas nas bordas norte e sul da Avenida Paulista, um dos principais eixos viários da cidade. Nesta avenida – cartão postal da cidade e coração financeiro do Brasil –, concentra-se o poder econômico do país através de organizações financeiras, assentadas em modernos edifícios e escritórios de alto luxo. Nesta mesma região, deparamo-nos com a Igreja do Divino Espírito Santo, mandada construir, à época, pela gente da nossa terra.

É muito provável que o fluxo mais intenso da emigração açoriana para a cidade de São Paulo tenha sido aquele que se iniciou no final do século 19, estendendo-se até o início da segunda metade do século 20. Eram especialmente emigrantes da ilha de São Miguel e em menor número da ilha Terceira e do Pico, vindos no pós-guerra, em busca de novos horizontes e trabalho. Ainda hoje a comunidade açoriana está concentrada no bairro de Vila Carrão, região leste da cidade, mas já parcialmente dispersa na megalópole paulista e municípios vizinhos.

A FUNDAÇÃO DA CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO – CASP

O forte fluxo de emigrantes dos Açores para a cidade de São Paulo na segunda metade do século 20, contribuiu significativamente, a exemplo de outras comunidades de emigrantes, para o seu desenvolvimento. Era numa fábrica de tecidos do bairro de Vila Carrão: o Cotonificio

Guilherme Giorgi, onde a maioria dos emigrados açorianos obtinha o seu primeiro emprego. A existência de famílias açorianas pioneiras, a facilidade da língua, a carência de mão de obra para a florescente indústria paulista, as guerras coloniais na África e as oportunidades que um país novo oferecia, foram os principais motivos que levaram a emigração dos açorianos à época.

Os membros da comunidade, muitos dos quais aparentados, se relacionavam então sem qualquer tipo de organização. Foram as tradições da terra natal, em especial a festa do Divino Espírito Santo, reeditada inicialmente por algumas famílias, que deram início ao processo que levaria à fundação da CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. A liderança ficou por conta daquele que mais adiante se tornou seu primeiro presidente, Comendador Dr. Manuel de Medeiros, emigrado da ilha de São Miguel para São Paulo, ainda um pré-adolescente e, hoje, um próspero industrial da região. A CASP foi criada, portanto, com o principal objetivo de realizar anualmente a festa do Divino, em Vila Carrão. Desde já, se encontra em sua 34.^a edição, sendo o mordomo deste ano, exatamente o Engenheiro, Advogado e Educador, Dr. Manuel de Medeiros, fundador da CASP, que exerce a função de mordomo da festa, pela segunda vez.

Além da realização anual da festa do DIVINO ESPÍRITO SANTO, a CASP tem também como objetivos estatutários o conagraçamento dos açorianos e descendentes e a divulgação e manutenção da cultura açoriana em São Paulo e no Brasil.

Fundada em 22 de junho de 1980, a CASP foi oficialmente inaugurada em 21.04.1986, pelo então Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco da Motta Amaral.

A SEDE DA CASP

A sede foi construída há mais de 30 anos pelo próprio braço e recursos da comunidade. É uma sede de linhas simples que, no entanto, nos acolhe a todos em torno de uma agenda que envolve a cultura, a tradição e a religiosidade da nossa terra. Para tanto, temos ali: um salão nobre, biblioteca, sala de reuniões, bar, cozinha industrial e massaria, salão de eventos, palco, adega, etc. Há também uma “capela” com os símbolos do Divino Espírito Santo e as imagens de Nossa Senhora de Fátima e do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Há ainda

um terreno disponível anexo, para a sua ampliação e estacionamento. A sede necessita, no entanto, de algumas melhorias e ampliação, sendo hoje um dos projetos que a comunidade busca implementar, dando-lhes ares da arquitetura tradicional açoriana e ampliando o seu edifício, além da melhoria de suas instalações.

ATIVIDADES DA CASP

A FESTA DO DIVINO

A festa do Divino Espírito Santo de Vila Carrão faz parte do calendário turístico oficial da cidade de São Paulo. Os ritos adotados na realização da festa são de origem micaelense, em consonância com a origem da maior parte das famílias açorianas que emigrou para a cidade de São Paulo, em especial na primeira metade do século XX.

Os terços são cantados à moda da Bretanha, Ilha de São Miguel. De igual forma têm referência nesta ilha os demais procedimentos e/ou atividades da festa, tais como: as sortes; a folia com sua indumentária e cantoria típicas; a procissão; a missa da coroação; as lingüiças e morcelas; as malassadas; a massa sovada, etc, tudo fazendo parte desta grande festa, num grande processo de catalisação, que inclui também o culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres e à Virgem de Fátima, cujas imagens acompanham, ano a ano, a procissão do Divino, num grande festival de fé e religiosidade, tipicamente açoriano.

Encerrando o ciclo destes festejos, é realizada uma grande festa de rua, à qual acorrem algumas dezenas de milhares de pessoas. A par de agregar toda a comunidade





açoriana do bairro de Vila Carrão, as festividades agregam também açorianos dispersos pela cidade de São Paulo e Municípios vizinhos, constituindo-se, assim, no grande encontro anual da comunidade açoriana na cidade de São Paulo.

De modo a mostrar toda esta riqueza, em seus aspectos tradicionais, religiosos e culturais, em 2005, quando do seu trigésimo aniversário, a festa foi transmitida para boa parte do Brasil, algumas regiões da Europa e da América e o norte da África, através da rádio e TV Canção Nova.

O GRUPO FOLCLÓRICO - GFCASP

A CASP mantém um já tradicional Grupo Folclórico com 42 membros que a representa, bem como às tradições do canto e da dança açorianos, nos mais variados espaços e comunidades, inclusive em outros estados do país. Fruto de intensa pesquisa na busca do conhecimento das danças, músicas e vestimentas típicas dos Açores, o GFCAS representa a cultura açoriana, em meio às dezenas de grupos luso-



brasileiros de São Paulo, sendo presença constante nas festas anuais do AÇOR, em Santa Catarina, no sul do Brasil. Neste momento, o Grupo Folclórico se encontra num processo de renovação através da integração de novos membros, ampliação e atualização de sua indumentária, formação de jovens músicos para a tocata, incorporação de novos instrumentos musicais, etc., sendo necessário, para tanto, intenso apoio do Governo Regional (já concedido em algum nível), a exemplo do apoio concedido a grupos de outras comunidades.

REVELANDO OS AÇORES EM SÃO PAULO

O intenso trabalho de divulgação da cultura açoriana em São Paulo tem seu ápice na participação da CASP em uma das maiores festas do folclore paulista – O REVELANDO SÃO PAULO – organizado anualmente pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, que trás à capital do estado uma verdadeira miríade de cores, danças, culinária, tradições, festejos populares, não apenas de todo o interior e litoral, como também de outras comunidades de imigrantes e migrantes que aqui residem.

Mais de um milhão e meio de pessoas visitam o Revelando São Paulo durante os nove dias de sua realização, no mês de Setembro de cada ano. Ali, a CASP está presente na culinária, na dança, e, em especial, nos aspectos da nossa religiosidade e festas populares, com um “stand” montado à maneira dos Impérios do Divino Espírito Santo. Participa também com um belo e colorido desfile em que bandeiras do Divino são conduzidas pelas sete famílias, agraciadas com as sete “domingas” da festa, lideradas pelo casal de mordomos do ano e pela Folia do Divino, com suas vestes e cantorias típicas.

OS ALMOÇOS TRADICIONAIS

A culinária açoriana é também prestigiada nos almoços periódicos realizados em sua sede, aonde acorrem mensalmente centenas de simpatizantes das comunidades luso-açoriana e brasileira. São verdadeiros encontros de conagração e degustação, sempre com apresentações musicais típicas dos Açores e Portugal.

AS SEMANAS CULTURAIS AÇORIANAS

Outro grande destaque no rol de atividades da CASP são as SEMANAS CULTURAIS AÇORIANAS, realizadas anualmente. Além da própria comunidade envolvem alunos das escolas da região, desde a pré-escola, até níveis de graduação escolar intermediária, incluindo cursos de alfabetização de adultos, com performances, tais como: teatro, dança, música, poesia, jograis, etc., envolvendo professores, alunos e respectivas famílias. Na semana de 2007, realizou-se uma belíssima representação dos romeiros da ilha de São Miguel, algo inédito. A reedição das romarias no evento contou com a presença de homens da comunidade – emigrantes, em sua maioria, já idosos que, junto com seus descendentes e simpatizantes, rezaram e cantaram à moda dos romeiros, devidamente vestidos e caracterizados, como se fazia e ainda se faz na Ilha de São Miguel. Foi um grande momento, em que se reviveu a força desta prática religiosa tipicamente açoriana, ocasião em que afloraram as lágrimas e o reviver da juventude de tantos ali presentes.



CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE

No momento, a CASP vem negociando com a UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL de São Paulo uma parceria que visa envolver alunos universitários das diversas áreas do conhecimento, nas atividades da CASP e, em especial, em nossas semanas culturais. Outra estratégia que vem sendo adotada é o envolvimento de outras comunidades em nossos eventos culturais, em especial aquelas de origem nipônica e italiana que, a exemplo dos açorianos, têm

forte presença e atuação na região leste da cidade de São Paulo.

DIA DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES E SEDE DA CMCA

O dia do arquipélago dos Açores é uma data oficial na cidade de São Paulo, mercê da iniciativa da CASP com o apoio do vereador Toninho Paiva, amigo e companheiro da comunidade, em tantas oportunidades. Nossa casa é membro do Conselho Mundial das Casas dos Açores – CMCA, sendo realizada em São Paulo, em 2002, a sua V Assembléia.

O ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo responde por mais de 31% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. É um estado de modernos e pujantes parques industriais, desenvolvida agropecuária e diversificada economia. É também o centro financeiro do país, sendo, por isso mesmo, conhecido como a locomotiva do Brasil. Sua capital é a cidade de São Paulo, não apenas a quarta maior cidade do planeta, como a maior cidade do Brasil, sendo também a maior cidade portuguesa, italiana, libanesa e japonesa fora de seus países de origem. Gente de todas as raças, credos e nacionalidades e de praticamente todos os estados brasileiros, vive neste estado. Aqui também, vivemos nós açorianos, em sua maioria emigrados da Ilha de São Miguel. Aqui mantemos e divulgamos, não raro, a duras penas, a cultura e as tradições açorianas, de modo a que se saiba que não somos apenas mais um grupo de portugueses emigrados e descendentes, mas um grupo de luso-açorianos, nem melhores nem piores do que ninguém, apenas diferentes, que amam a sua terra e reverenciam as suas tradições.



Presidente: Dr. Waldemar Luiz. Núcleo Cultural da CASP: Antonio Tavares Arruda, Fabiana Forseto, Henrique Arruda Soares, José Agostinho Gonçalves, Leonilda dos Reis Jacob e Rogério de Medeiros.



AÇORIANOS EM SÃO PAULO (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX)

Certa noite, encontramos-nos em casa de Manoel Otaviano Junqueira Filho: Zorita e Beatriz Junqueira de Oliveira, Gilberto de Mello Kujawski, Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, Antonio Penteadado Mendonça e eu. Alguns anos depois, a propósito de carta que o primo José Estrela Rego me envia de Ponta Delgada solicitando dados da imigração açoriana em São Paulo, rememoro aquela reunião que congregou caminhos que singraram um dia as mesmas origens.

Todos nós ali presentes, irmanados no mesmo amor a São Paulo, tínhamos, remotamente, um porto de partida nos Açores. A começar pelo anfitrião e suas primas Beatriz e Zorita Junqueira de Oliveira, que descendem de Antonia da Graça – uma das lendárias “Três Ilhoas” chegadas ao Brasil em 1723, oriundas da Ilha do Faial; Gilberto de Mello Kujawski procede por sua mãe dos Mello Tavares da Ilha de São Miguel; Paulo Fernando Campos Salles de Toledo vem, por seu lado materno, de Francisco de Arruda e Sá, da Ilha de São Miguel; Antonio Penteadado Mendonça tem suas origens nos Mendonças da Ilha Terceira e nos Penteados que provêm de Pascoal Leite Furtado, natural da Ilha de Santa Maria; e eu, neto de Sebastião de Arruda Botelho Lebeis e de Elisa de Arruda Freitas Magalhães, ambos descendentes de Sebastião de Arruda Botelho, da Ilha de São Miguel.

A presença dos ilhéus em São Paulo, ao contrário do que ocorre no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em Minas Gerais, no Maranhão e no Pará, ainda não foi estudada em profundidade.

Os açorianos que aqui chegaram nos primeiros séculos, não devem ter estranhado a mudança de suas ilhas cercadas de azul para a ilha do planalto rodeada do verde dos sertões.

Seus hábitos foram se diluindo na terra virgem que iam conquistando, mas irrompem de vez em quando, nas cavalcadas de outrora, nas Festas do Divino, no rito de velhos carnavais, em torno das fogueiras de São João, no ponteio das violas, nas procissões, no artesanato, na música dos carros de boi, na solidão e no espírito de independência dos velhos paulistas.

Quando estive em São Miguel, hospedado no solar do primo Augusto de Athayde Soares D’Albergaria, percorrendo a ilha e me iniciando em seus mistérios pelas mãos fraternas de José Estrela Rego, Carlos Mello Bento,

Victor Meireles e do encantador casal Antonio Manuel e Maria Margarida de Oliveira, que dirigem o Museu Carlos Machado em Ponta Delgada, senti-me como se estivesse voltando à casa de meus avós. Tudo que via me deslumbrava e, ao mesmo tempo, era muito familiar.

Até o cozido que comi cozinhado sobre as águas vulcânicas de Furnas, despertou em mim um rememorar proustiano. Era o mesmo cozido que minha mãe, minha avó Zilota, minha bisavó Leôncia e minha trisavó Donana, em suas quatro gerações de Arrudas, faziam!

Mas voltando aos primitivos troncos açorianos em São Paulo, na segunda metade do século XVI, João de Abreu, natural da Ilha Terceira, veio para Santos em 1568, onde se casa com Isabel de Proença Varela, neta de Brás Cubas. Foi almoxarife e provedor das capitâneas de Santo Amaro e São Vicente. Tomou parte com seus agregados, nas jornadas de Cabo Frio em 1575 e de Paranaguá em 1585. Obteve duas sesmarias no litoral vicentino, falecendo em 1614. Quando aqui chegou já encontrou Pedro Afonso (dos Afonsos e Gagos das Ilhas) casado com uma índia tapuia que aprisionara.

Nessa época chegam também os irmãos Antonio Bicudo (Carneiro) e Vicente Bicudo originários da Ilha de São Miguel. Antonio Bicudo Carneiro, Ouvidor da Capitania de São Vicente em 1585, foi quem mandou levantar o pelourinho da Vila de São Paulo.

Casou com Isabel Rodrigues. Participa das bandeiras de Nicolau Barreto em 1602 e de Raposo Tavares em 1628 ao Guairá.

De sua progênie se notabilizaram na epopéia sertanista: Manoel de Campos Bicudo e o legendário Antonio Pires de Campos, o “Pai Pira”. Seu bisneto, o Capitão Antonio Bicudo Leme, o “Via Sacra”, funda Pindamonhangaba. O irmão de Antonio Bicudo Carneuri, Vicente Bicudo, faleceu na bandeira de Lazaro da Costa em 1616, nos sertões de Santa Catarina.

Dos Cabrais oriundos dos Açores e que foram tronco das mais antigas famílias paulistas, destacamos o Governador Pedro Álvares Cabral, natural da Ilha de São Miguel, casado com Suzana Moreira, filha de Jorge Moreira e de Isabel Velho, primeiros povoadores vicentinos, e o Capitão Manuel da Costa Cabral, também natural da Ilha de São Miguel, falecido em Taubaté em 1659.

Outro patriarca de ilustre geração em São Paulo, foi Dom Simão de Toledo Piza, natural de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, casado com Maria Pedroso e que foi juiz de órfãos até 1661.

Fernão Dias Pais, das maiores figuras de nosso bandeirismo, era ilhéu por parte de seu pai Pedro Dias Pais Leme, oriundo dos Lemes da Ilha da Madeira, e de sua mãe Maria Leite da Silva, filha de Pascoal Leite Furtado, natural da ilha de Santa Maria, nos Açores, que veio para São Vicente em 1599 com D. Francisco de Sousa onde se casa com Isabel Prado, filha do bandeirante João Prado, falecido em 1596 no sertão do Paranaíba, no arraial de João Pereira de Sousa Botafogo, que daria nome ao bairro do Botafogo no Rio de Janeiro, local de sua antiga sesmaria.

Pascoal Leite Furtado era filho de Gonçalo Martins Leite e de Maria da Silva e neto paterno do fidalgo açoriano Jorge Furtado de Sousa e de Catarina Nunes Velho.

Numa predestinação esses genes enriquecedores do bandeirismo voltariam aos Açores com o casamento de Maria Leite e Mariana Leite, filhas de Borba Gato, com os irmãos Jerônimo Tavares de Arruda e Francisco de Arruda e Sá; regressariam também com a paulista Rosa Leite da Silva que se casa com o açoriano Antonio do Rego e Sá (também chamado de Arruda e Sá). Rosa descendia de Pedro Dias Pais Leme e de sua mulher Maria Leite, filha do açoriano Pascoal Leite Furtado. Seu outro antepassado Brás Cubas, fundador de Santos e Moji das Cruzes foi das maiores figuras do quinhentismo brasileiro.

O sangue de Brás Cubas, de Fernão Dias Pais e de Borba Gato irmana ainda mais o Arquipélago dos Açores com São Paulo.

Os três irmãos, Sebastião de Arruda Botelho, Francisco de Arruda e Sá e André de Sampaio e Arruda,



Trecho de S. Paulo (séc. XIX)

naturais da Ilha de São Miguel, chegaram a São Paulo em 1654, indo morar em Itu. Descendiam de Gonçalo Vaz Botelho que fundou, na Ilha de São Miguel, Vila Franca no século XV.

No século XVIII encontramos em Itu o Sargento-mor João Falcão de Sousa, da Ilha de São Miguel, casado com Antonia Campos, pais de Bárbara de Sousa Meneses casada com Manuel de Sampaio Pacheco, natural da Ilha de São Miguel, que foi Capitão-mor de Itu onde faleceu em 1762.

Itu torna-se um pólo de irradiação açoriana em São Paulo. Para lá não foram casais de imigrantes, mas filhos segundos de famílias nobres das Ilhas, aparentados entre si, que se casaram com paulistas.

Domitila de Castro Canto e Mello, a célebre Marquesa de Santos, possuía também origem açoriana. Filha de João de Castro Canto e Mello, 1º Visconde de Castro, natural da Ilha Terceira e de Escholastica Bonifácio de Toledo Ribas, neta do açoriano Dom Simão de Toledo Piza.

A chegada dos primeiros casais açorianos à cidade de Casa Branca, em 1814, no ano de sua fundação, tão bem estudados na monografia de Amélia Franzolin Trevisan intitulada: “Casa Branca, a povoação dos ilhéus” é um dos marcos da história da imigração em São Paulo.

Do núcleo que deveria permanecer em terras doadas pelo Coronel José Vaz de Carvalho, apenas meia dúzia de famílias permaneceram na futura Fazenda dos Ilhéus: os Ávila Neto, os Sousa Pimentel, os Espínola, Velloso, Cardoso e Rosa. As outras, sempre perseguidas pela má vontade do Conde de Palma, Governador de São Paulo, acabariam partindo para a Vila de São Carlos (Campinas): os Vallério, Batistas, Borbas, Cunhas, Frutuoso José e Francisco Antonio. Para Cubatão foram os Espínola Bitencourt, Raposos, Conde Paes, Correa de Mello e Machados. Na cidade de São Paulo ficou Antonio de Sousa Pacheco e na Fazenda Santana, nas terras que pertenceram no passado aos jesuítas e, anteriormente, a Salvador Pires de Medeiros e sua mulher Igenes Monteiro de Alvarenga, a famosa “Matrona” do século XVII, as famílias Nascimento, Mello e Costa.

Em relação dos casais de ilhéus estabelecidos em São Paulo, é de Daniel Pedro Muller e data de 4 de fevereiro de 1817.

Numa de suas andanças pelo mundo, meu avô Francisco Rodrigues dos Santos Bomfim, na época da fundação de Vila Bomfim, hoje Bomfim Paulista, passando pelos Açores onde foi procurar colonos para suas fazendas, encanta-se com a inteligência de um menino de cinco anos chamado David Pimentel que

acaba trazendo para São Paulo. Esse menino vai morar em Casa Branca onde existia ainda um grupo de famílias de origem açoriana. Cresce e torna-se figura marcante em Piratininga, nome de rua do jurisconsulto Professor Manoel Pedro Pimentel.

No século XIX, Martinho Prado Junior trouxe para uma de suas fazendas, na região de Ribeirão Preto, algumas famílias da Ilha de São Miguel. Em janeiro de 1882 chegam também a Descalvado casais provenientes da Ilha de São Miguel. Em dezembro de 1883 o “Petrópolis” aporta em Santos com outra leva de imigrantes açorianos que se dirigem para fazendas de café em Moji-Mirim, Campinas e Piracicaba.

Na Vila Carrão, em São Paulo, concentra-se hoje a maior população de açorianos e seus descendentes. A partir de 1974, comemora-se nesse bairro a Festa do Divino Espírito Santo com procissão e a Missa do Divino Espírito Santo oficiada ao final da piedosa caminhada que vai da sede da Casa dos Açores até a Igreja de Santa Marina. A quermesse da Festa do Divino é ponto de encontro dos açorianos de São Paulo. O lucro obtido com a venda do artesanato das Ilhas, da lingüiça obtida da “matança dos porcos” tradição chegada com os imigrantes, do pão de massa sovada, das malassadas, dos doces típicos e do vinho ilhéu, destina-se a um fundo que a Casa dos Açores tem para a construção da ermida do Divino Espírito Santo.

Da Paulicéia do século XIX, as chácaras dos açorianos Paim e Pamplona agora são ruas, e as terras dos Ferreira da Rosa formaram o Jardim Europa. Caminhando pelo bairro de Pinheiros, lembramos que ali existiu outrora a fazenda do bandeirante Fernão Dias Pais, neto de açoriano.

Na música do compositor Camargo Guarnieri (Arruda Camargo Guarnieri), na pintura de Tarsila do Amaral (Estanislau do Amaral), na poesia de Amadeu Amaral (Arruda Leite Penteadado Amaral), nos romances de José Geraldo Vieira (Machado, Drumond da Costa Fortuna), na graça de Procópio Ferreira que era Quental da Ilha de São Miguel, nos escritos de Mário de Andrade (Almeida Leite de Moraes Andrade), e na santidade do Padre Bento Dias Pacheco de Itu, presente-se, distante, o marulhar das ondas nos Açores.

A saga dos açorianos que partiram em 1675 do Faial rumo ao Grão Pará e, em meados do século XVIII povoaram Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, transfigura-se em São Paulo no bandeirismo e pulsa numa quadra do folclore da Ilha de São Miguel:

“Quem me dera agora estar
Onde está meu pensamento
Desta ilha para fora
E do Brasil para dentro”.

PAULO BOMFIM





A INFLUÊNCIA PORTUGUESA NO HAVAI

Quando se pensa nas ilhas havaianas, pensa-se nas palmeiras, nas águas claras e azuis, nas ondas com surfistas, na música ukulele... O Havai é tudo isto.

Ninguém sabe com exactidão quando foi que chegou, às ilhas havaianas, o primeiro português. Sabe-se que, em 1788 – catorze anos depois do descobrimento das ilhas pelo inglês James Cook –, a nau «Eleanora», registada sob bandeira americana e trazendo parte da tripulação formada por portugueses, visitou as ilhas mas com resultados trágicos: em 1790, a mesma nau com a mesma tripulação perpetrou a carnificina em Olowalu, na ilha de Maui. Foram executadas mais de cento e cinquenta pessoas, entre elas crianças e adolescentes.

Na primeira metade do século XIX, aparece, no Havai, um homem chamado João Eliot de Castro, que se pensa ter vindo do Brasil. Foi conselheiro do Rei Kamehameha. E foi também médico e advogado. Até deixar o Havai, ajudou o Rei durante mais de dez anos.

Durante este período, a maioria dos portugueses que visitou as ilhas era enformada por baleeiros ou por membros da tripulação dos navios comerciais à vela.

Em 1828, o marinheiro português António Sylva, morador do Waikapu, na ilha do Maui, parece ter sido o primeiro a construir um engenho de açúcar. Mas não foi bem sucedido. Porém, cerca de 1840, o crescimento da indústria de cana de açúcar, veio revelar a necessidade de mais trabalhadores. Os havaianos não estavam dispostos a exercer tais tarefas, preferindo pescar e plantar inhames – alimento principal da sua dieta.

Os primeiros trabalhadores eram solteiros e vieram da China em 1851. Depois de cinco anos nas plantações, muitos voltaram ao seu país e outros instalaram-se por conta própria. Poucos ficaram nas plantações.

Os donos das plantações sabiam que os portugueses de Machico, na ilha da Madeira, cultivavam a cana de açúcar desde 1454, quando lá foi construído o primeiro engenho. Os portugueses sabiam como cultivá-la. Por isso, os donos das plantações do Havai quiseram contratar portugueses, sujeitando-se aos altos custos da viagem de Portugal para as ilhas. Eles sabiam que os portugueses não queriam deixar atrás as suas famílias. Em 1876, os portugueses concordaram viver e trabalhar nas ilhas de

Havai, tendo-lhes sido pagas as viagens, incluindo as dos familiares.

Em Setembro de 1878, o primeiro grupo de portugueses, da ilha da Madeira, chegou a Honolulu a bordo do barco «Priscilla». No ano seguinte, chegou o segundo grupo, vindo também da Madeira. Com este grupo veio também um instrumento musical, conhecido como a «braguinha» ou «o cavaquinho», ou mais comumente, «o Machete da Madeira». Este instrumento chegou a ser o «ukulele» – o instrumento mais popular da música havaiana.

Em 1890, chegaram ao Havai os primeiros açorianos.

Entre os anos de 1878 e 1913, chegaram ao Havai mais de vinte mil portugueses, sendo a maioria oriunda das ilhas atlânticas. Vieram para trabalhar nas plantações de cana do açúcar e quase todos professavam a religião católica.

Cinquenta anos antes da chegada dos emigrantes portugueses, tinham chegado ao Havai (1827) os primeiros missionários católicos: três padres e três irmãos duma ordem religiosa. Eram de naturalidade francesa.

Os missionários protestantes americanos do estado de Massachusetts tinham chegado sete anos antes (1820). Os protestantes não queriam que houvesse rivalidade na área da religião e fizeram todos os esforços para que o rei rejeitasse a presença de padres católicos nas ilhas. O Rei Kamehameha III tinha apenas treze anos de idade. Estava muito impressionado com o trabalho desenvolvido pelos missionários católicos. E deu-lhes um pedaço de terra. Até hoje, esse pedaço de terra pertence à diocese católica e é o sítio da Sé Catedral, dedicada a Nossa Senhora da Paz.

O crescimento da Igreja católica no Havai foi difícil. Quando os portugueses chegaram, já havia celebrações católicas no Havai. Mas foram os grandes números de portugueses que provocaram o crescimento rápido do catolicismo. Em menos de quarenta anos, foram construídas mais de cinquenta capelas e igrejas, incluindo a igreja do Espírito Santo (1895) em Kula, na ilha Maui. Vinte e quatro anos depois (1902), foi ordenado sacerdote o primeiro português, natural da ilha do Porto Santo. Em

1924, o mesmo padre – Pedro (Stephen) Alencastre, foi sagrado bispo das ilhas havaianas. Morreu em 1940. Actualmente, há cerca de vinte e cinco padres de descendência portuguesa, incluindo o bispo Larry Silva. Os seus avós eram naturais da ilha da Madeira.

Os netos e bisnetos dos emigrantes portugueses estão, hoje, entre os líderes do estado do Havai nas áreas dos negócios, nas profissões liberais, na religião, na política, na educação, nos serviços sociais. Às vezes, os nomes não são portugueses devido à mistura de sangues. Mas toda a gente no Havai conhece o nome de Walter Dods, descendente de portugueses, que chegou a chefe do First Hawaiian Bank – o maior banco do estado. Também o nome de Leonard Rego, Jr., o dono da famosa padaria das malassadas, que toda a gente come no Havai. O presidente da Câmara Municipal da ilha de Kauai tem o sobrenome de Baptiste. O anterior presidente da Câmara Municipal da ilha de Maui foi Hannibal Tavares; e, antes dele, foi Elmer Cravalho. Ambos eram descendentes de açorianos. Hoje, Charmaine Tavares, filha de Hannibal Tavares, é a presidente da Câmara Municipal da ilha Maui. Também os representantes do governo com os nomes de Joe Souki e Duke Aiona têm antepassados portugueses. O primeiro foi presidente da Câmara dos Deputados do estado; o segundo é vice-governador do estado. Frank DeLima é o

mais famoso comediante do Havai, e o mais rico. Gladys Coelho Baisa é membro do concelho municipal de Maui. O pai dela era de São Miguel, onde toda a gente come batatas. A mãe era da Madeira, onde toda a gente come «semilhas». Costumamos dizer que Gladys cresceu «com as semilhas e as batatas». O anterior director da Escola de Línguas Espanhola e Portuguesa do departamento das Línguas e Literatura Europeia, na Universidade do Havai, é o doutor Austin Dias. Ele aprendeu português com o meu professor e bom amigo doutor Edgar C. Knowlton, Jr.. O meu filho doutor Jacob V. Hudson, Jr. – que tem um doutoramento em Física – dirige o laboratório da NASA, com a simulação do «space shuttle» na Windward Community College. O chefe da polícia, na cidade de Honolulu, é Boisie Correia. A McDonald's continua a servir «portuguese sausage» (a linguiça dos Açores) nos seus restaurantes em Havai.

Quer no passado quer no presente e nunca esquecendo as suas raízes, os portugueses sempre contribuíram para a melhor qualidade dos havaianos. Continua bem viva a sua influência na terra de Aloha.

AUDREY ROCHA REED



III

*Congresso Internacional
sobre as Festas do Divino Espírito Santo*

Angra do Heroísmo, de 15 a 19 de Maio de 2008



A reportagem regista um dos acontecimentos mais envolventes ocorridos durante o 1º semestre de 2008. As imagens devolvem o interesse e o entusiasmo que, durante três dias, animou várias dezenas de pessoas que quiseram reflectir e partilhar saberes sobre as Festas do Divino Espírito Santo, que os açorianos, há séculos, espalharam pelo Mundo. Tempos e lugares dão testemunho desse culto que corporiza a própria identidade açoriana.



Angra do Heroísmo

*Sessão de abertura – Salão Nobre da Câmara Municipal
Congresso – Centro Cultural e de Congressos*





Angra do Heroísmo
Congresso – Centro Cultural e de Congressos





Raminho

Terço, Serão musical (grupo Folhadais do Norte)





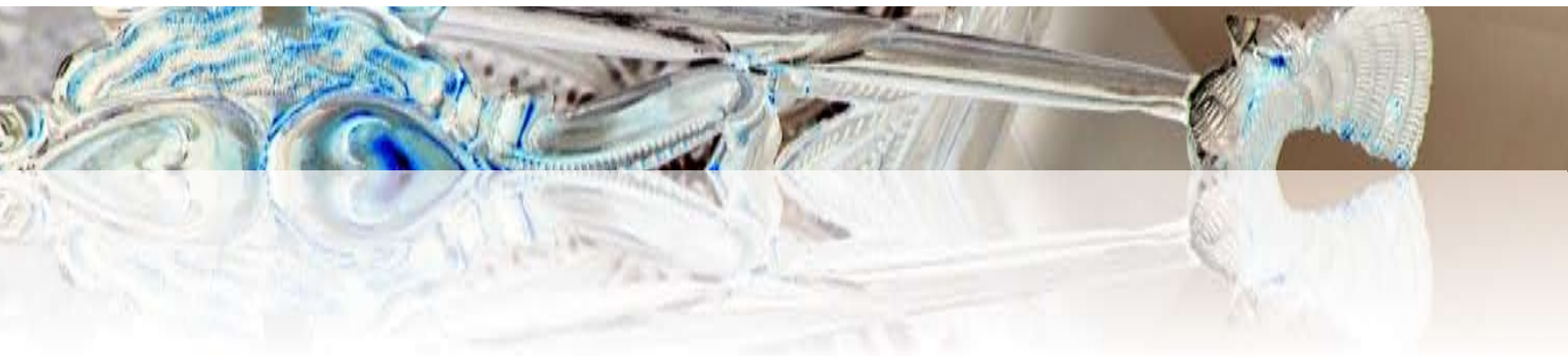
Raminho
Cortejo, Missa, Coroação





Raminho
Bodo, Função





marés de todos os mares





A INTERCULTURALIDADE NAS MIGRAÇÕES EM ESPAÇOS INSULARES E CONTINENTAIS – TESTEMUNHOS AÇORIANOS

1. A Identidade Cultural Açoriana e os factores influentes da chamada Açorianidade.

Poetas, músicos, sábios e estudiosos reflectiram sobre a identidade cultural açoriana ao longo dos séculos, trazendo para a luz muitas das suas penumbras. A expressão identidade açoriana nasceu das entranhas da designada por Vitorino Nemésio açorianidade, embora outros, antes, tivessem desventrado alguns elementos desta composição, e muitos dos que se seguiram procurassem aprofundar os mistérios da alma açoriana ou, mais cientificamente, divulgassem trabalhos de caracterização sociológica.

Falar de identidade açoriana é falar de mar, insulamento, mormaço – como registaram poetas como Roberto de Mesquita, etnógrafos como Armando Côrtes Rodrigues – e nostalgia, saudade do futuro, apelo do longe, intensidade telúrica, como ainda hoje cantam, musicam, pintam e escrevem os nossos artistas.

Nos séculos XV e XVI – tempo dos Descobrimentos e da formação do Império –, ainda era frequente o uso da expressão “terra firme” para designar qualquer porção de terra continental, por oposição a “ilha”, terra limitada pelo mar por todos os lados. Assim, as caravelas portuguesas, mandadas para “descobrir lugares desconhecidos no Oceano ocidental”, iam expressamente “em busca de [...] ilhas ou terra firme”. Não é que, nesse tempo, se imaginassem as ilhas como terras flutuantes, logo, “infirmes”; na verdade, sabia-se que elas se firmavam no fundo do mar. Todavia, a suspeição de infirmitade mantinha-se no discurso. Tanto que António Galvão, no seu “Tratado dos Descobrimentos” (1ª ed. 1563), ainda achava preciso explicar que “todas as ilhas tem rayzes na terra firme, por muyto apartada q estê della, que doutra maneyra nam se sosteria”.

Os primeiros povoadores desses “lugares desconhecidos no Oceano ocidental” (entre os quais, e sobretudo, os das ilhas dos Açores), viveram com este temor da infirmitade do chão, em que assentavam os pés e sobre o qual erguiam as paredes das suas casas, por sentirem que esse chão tremia de vez em quando, e, às vezes, violentamente abalado por frequentes sismos, muitos deles com trágicas consequências.

Assim, quem diz “ilha” diz “terra isolada”. Vitorino Nemésio definia “isolamento” (formação lexical de “isola”, ilha) como “solidão de ilha”, a solidão das terras isoladas pelo mar, diferente da solidão num continente ou terra contínua.

Deste isolamento, ou talvez insulamento, Nemésio extraiu e fundamentou o conceito Açorianidade. Os nossos antepassados já o conheciam intimamente, como sentimento difícil de descrever, mas forte na expressão, embora não lhe reconhecessem o nome. Carregaram-no – a ele, sentimento – para as terras para onde partiram. As Américas foram as eleitas como primeiro e principal destino, e lá, no impacto com maneiras de ser e de viver diferentes – que ignoravam ser cultura –, preservaram-no, reinventaram-no, idolatraram-no, tudo interiorizado sem palavras difíceis, mas com muito sal contido na garganta.

A saudade ilhoa não é toda igual. Cada ilha, cada local envolve-a na sua tonalidade particular, enclausura-a no recolhimento do meio, projecta-a na cultura e nas relações identitárias que estabelece. Como a Açorianidade. No Mundo, espraia-se açorianidades diferentes, nas localidades das ilhas dos Açores e das ilhas da Diáspora, nessa intercepção irredutível, histórica e geográfica, que as primeiras gerações sentem como o amor: uma dor gostosa, um aperto doce, uma mágoa amiga, um arrocho que

dá sentido à vida. E com muito de único. A açorianidade do Pico será diferente da da Terceira, da do Corvo ou da de S. Miguel. E diferente no tempo, onde a evolução dita assumpções de saberes distintos e de vivências particulares.

2. A dispersão e a preservação dos elementos culturais pela emigração açoriana e a sua interacção com outras culturas.

Como diz T.S. Eliot, “uma cultura nacional é o resultado de um número infinito de culturas locais, as quais, quando elas próprias são analisadas, se compõem de culturas locais ainda menores.” Aplicado este pressuposto à nossa realidade, na descontinuidade geográfica das nossas ilhas, não existe uma cultura regional, mas várias culturas locais, com traços comuns e diferenças assinaláveis.

O mesmo – *mutatis mutandi* – se passa em relação aos espaços de fixação para onde os migrantes levaram as suas culturas, entendidas como a sua forma especial de viver a açorianidade como suporte à continuidade das culturas locais de origem. “A cultura que se desenvolvia no novo solo tornava-se, portanto, (e cito T.S. Eliot) surpreendentemente semelhante e ao mesmo tempo diferente da cultura original.”

Por outro lado, eles – espaços – são diversos, e quando referidos como uma globalidade, está invariavelmente pressuposto que são localidades rurais e urbanas com características geográficas e históricas próprias, e nunca uma unidade receptora de imigração. Antes, o lugar era o *locus* onde se concretizavam história e geografia, e ao qual estavam subjacentes cultura e identidade. Hoje, a mobilidade impõe outra concepção de lugar e de passado, não do que está encerrado, mas do que se prolonga no presente.

É, assim, interessante verificar como a “açorianidade” se diversifica na diáspora, seja no sentido diatópico (de uns lugares para outros), diacrónico (através do tempo), ou diastrático (entre os estratos sócio-culturais).

Na perspectiva diacrónica, as primeiras migrações que, nos tempos primitivos da colonização dos Açores, se moviam com uma densidade cultural de sobrevivência à chegada nunca representavam o total da cultura do país de origem, levavam apenas uma parte da cultura local, na qual, enquanto estavam no seu país de origem, participavam. A cultura que se desenvolvia no novo solo tornava-se, portanto, surpreendentemente semelhante e ao mesmo tempo diferente da cultura original.

No domínio diastrático, também é importante aprofundar em que coincidem e em que se distinguem as formas de ser açoriano – viver a identidade açoriana – na América, nos meios rurais e nos meios urbanos, nos “farms” e nas fábricas ou nas oficinas e nas Universidades; o mesmo – e de novo *mutatis mutandis* – no Canadá e no Brasil.

No quadro da globalização da cultura, a identificação individual e colectiva pode mobilizar múltiplos elementos de língua, de cultura, de religião, em função do contexto, já que nenhum ser está inteiramente comandado do exterior pela sociedade à qual ele pertence nem tão-pouco do interior pela sua própria cultura incorporada. Por outras palavras, a sua opção comporta critérios de acção e de representação assentes na liberdade e na racionalidade.

Contrariando a tese de During, segundo a qual as identidades são determinadas socialmente do exterior, os açorianos emigrados insistem na sua identidade fora das suas fronteiras geográficas, apoiando-se no nosso prolapado “universalismo” e celebrando diversos rituais que fundam o desígnio da emigração como um destino da saudade a resgatar das brumas – herança sebástica, colectiva e mítica do nosso percurso histórico.

A experiência introspectiva da partida, sempre interiorizada como uma ruptura a vencer, e da vivência, não sincronizada com a estranha realidade, provocam tensões de lonjura, de mudança, do

tempo irreversível, do bem que é preciso não perder: a identidade cultural. Porque um sujeito com identidade é um sujeito com história, com sentido de pertença a um tempo e a um lugar, cultivá-la é cumprir o sentido ético-moral da vida. Desagregar-se do lugar onde nasceu, cresceu, viveu, considerado berço – quase útero materno – foi uma experiência dolorosa, que o colocou perante si mesmo como um excluído. Essa marginalidade cultural – o princípio do corte criado pelo sociólogo e antropólogo Roger Bastide – é sentida quando enfrenta uma nova cultura e o caminho para lhe fugir e se reconciliar íntima e socialmente é preservar o valor do que é seu enquanto colectividade e enquanto indivíduo. Enquanto colectividade, expressa a orgulhosa herança da sua etnia, nos seus mitos e nos seus rituais; enquanto indivíduo, defende a segurança e a estabilidade que a identidade lhe confere. Esta sublimação constitui, algumas vezes, um choque cultural por representar a sua condição de estrangeiro aquando do regresso à terra a que jamais se volta no estado de “inocência” da despedida, como muito bem analisou Francisco da Cunha Leão.

Entretanto, as culturas locais que preservou vão, por influência da sociabilização com outros grupos da mesma origem étnica, interpenetrar-se num processo gradativo de interculturalidade, lento, quase imperceptível enquanto decorre, não verificável por vezes na primeira geração, mas muito comum em gerações segundas e subsequentes. Irving Hallowell veio afirmar que “na primeira e segunda gerações de indivíduos em situação de aculturação, as transformações da personalidade permanecem superficiais; é só na terceira geração que a personalidade de base se encontra modificada.”

A pressão do quotidiano e a perseguição do sonho que passa pela valorização pessoal – língua, hábitos, aquisição de conhecimentos certificados ou não – conduzem à influência da cultura *mainstream* num processo mais ou menos longo de aculturação. A pretensa dupla identidade resultante da imigração, na realidade, é um processo de síntese ou de identidade sincrética, em que as marcas assimiladas vão penetrar nas culturas de origem, numa reinvenção de traços que os regressos definitivos ou temporários possibilitam afectar os modelos locais. As importações são reabilitadas ao nível da cultura de origem, numa reconstrução sincrónica, na medida em que cada indivíduo integra a pluralidade das referências identificatórias ligadas à sua história. Chega-se, neste percurso, à dificuldade de estabelecer fronteiras entre as culturas locais açorianas e as novas formas culturais miscigenadas, paralelas à impossibilidade de separação, num conjunto complexo de símbolos, entre o inato e o adquirido.

3. A receptividade a culturas consideradas estrangeiras e a recente noção de interculturalidade nos Açores.

Nos Açores, como em muitos outros espaços insulares, a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico, geográfico, espacial e temporal, em interacção permanente com os movimentos imigratórios que lhes conferem um impulso aparentemente contraditório de preservação e interculturalidade, tanto menos dinâmico quanto for reduzido o contacto com outras culturas provenientes de indivíduos ou grupos migrantes. O impacto da sua evolução é, na actualidade, tão grande, pela chegada de culturas consideradas, numa primeira fase, visitantes, e, no momento actual, em processo de incorporação, que fez repensar o conceito de multiculturalismo e passar à vivência da interculturalidade resultante das dinâmicas globais e individualizantes.

Assim, a aquisição e a reinterpretação individual das culturas locais opõem-se ao que se convencionou chamar globalização, o lugar-comum da interdependência num mundo único, que nos permite beber coca-cola e comer hamburgers nos Açores, ao som dos top mais americanos, mas, simultaneamente, celebrar, numa longínqua cidade dos Estados Unidos, o Dia dos Açores ou a Festa de Nossa Senhora de Gustine. Como nos permite festejar, à moda de muitas localidades diferentes dos Açores, o Divino Espírito Santo.

A história está estruturada neste duplo dinamismo: a cultura fez-se sempre, particular e localmente, em função do isolamento e da distinção dos grupos. Em oposição, ela incorpora-se, em função do entrelaçamento das comunidades locais e das suas recomposições. Não se reconhecem culturas nem totalmente autónomas nem inteiramente dependentes, nem pura invenção de elementos originais, nem um decalque de empréstimos. Como na metáfora do bricolage de Lévi-Strauss, a criação consiste num arranjo novo de elementos pré-impostos que passam a constituir um conjunto estruturado original, de novas significações decorrentes da nova composição. Esta metáfora, desenvolvida por Schnapper, para caracterizar as culturas imigradas, depende não apenas das relações de força entre os grupos sociais, mas igualmente da estratégia de afirmação individual que coloca o actor e a cultura em perpétuo movimento, no ganho da interculturalidade.

Em jeito de conclusão: dos muitos testemunhos recolhidos e apoiada em leituras direccionadas, direi que no contacto entre duas culturas, a gestão da diferença se faz pela sucessão de momentos de articulação, negociação e incorporação, de que resulta um enriquecimento de ambas, num processo de atracção/repulsão, que harmoniza um equilíbrio sem o qual uma assimilaria a outra, e que os espaços insulares, pelo menos no caso dos Açores, pelo seu insulamento, oferecem condições facilitadoras para uma mais longa preservação dos traços identitários. Essa mesma insularidade açoriana também se revela mais permeável – porque mais carecida de contactos com novas culturas – à absorção de elementos culturais vindos de outras regiões do mundo.

Evidentemente que nenhuma afirmação desta natureza pode assumir tal linearidade, tendo que analisar também os números de habitantes de cada espaço insular e as suas relações de interacção com outros espaços. Há sempre uma margem de jogo no interior do sistema, manipulada pelos indivíduos e pelos grupos, no âmbito do livre arbítrio, numa mistura feita de continuidades e descontinuidades.

Conclui-se que entre o genuíno e o importado, as fronteiras não estão definidas, e que o dinamismo individual e colectivo vai criando e recriando novas formas que integram as culturas presentes – por um lado a globalização que afecta, por outro, a diferença que individualiza; em ambos, um processo evolutivo incontível e fundador da interculturalidade.

Distinguir a diversidade que já vem da origem e a adquirida por influência do meio no país de acolhimento; dissertar como a diversidade de origem cria formas diferentes de transmissão, de aculturação e de preservação e que características da açorianidade são mais persistentes na diáspora e porque o são, e quais mais facilmente tendem a desaparecer e por que razão, a relação entre a tradição e o progresso em diferentes áreas geográficas de acolhimento e tempos da nossa emigração, são temas aliciantes por aprofundar, objecto da nossa ambição, mas ainda não concretizados pela incompatibilidade entre o estudo e a acção.

ALZIRA MARIA SERPA SILVA





ACORDO ORTOGRÁFICO

Vamos escrever na “nova” língua?

HUMBERTA ARAÚJO

Um pouco por toda a parte se fala do Acordo Ortográfico. De uma forma ou de outra, os portugueses espalhados pelas comunidades já ouviram falar dele. Convidamos por isso alguns nomes importantes das artes, letras e ensino em Portugal, Brasil, Estados Unidos e Canadá para nos darem uma imagem geral do que este acordo é, e o que significa.

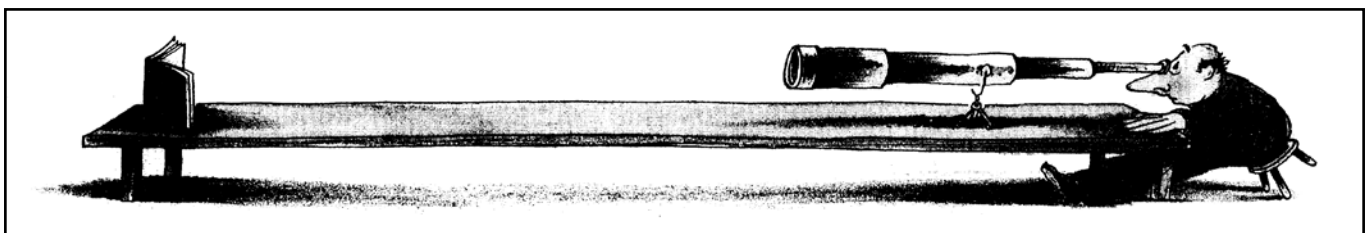
Recorde-se que no passado dia 6 de Março, o Governo português aprovou a proposta do segundo protocolo modificativo ao acordo ortográfico de 1991. A partir de agora, os portugueses têm seis anos para a sua aplicação plena. Esta decisão, que carece ainda da apreciação do Parlamento e do Presidente da República, reflecte segundo o ministro da presidência Pedro Silva Pereira, o empenho do governo português que «adoptará as medidas adequadas para garantir o necessário processo de transição, no prazo de seis anos, nomeadamente ao nível da validação da ortografia constante dos actos, normas, orientações ou documentos provenientes de entidades públicas, bem como de bens culturais, incluindo manuais escolares, com valor oficial ou legalmente sujeitos a reconhecimento, validação ou certificação».

Esta nova forma de escrever, que Portugal decidiu adotar, vai implicar a “alteração de cerca de 2500 palavras, continuando muitas destas a escrever-se da forma atual” esclareceu Paula Espinha responsável editorial por dois dicionários que a Texto Editores já colocou no mercado contendo as novas normas. “O acordo implica mudar menos de dois por cento das palavras portuguesas.(...) É importante que o acordo tenha respeitado a opção de os portugueses escreverem ‘reção’ e os brasileiros ‘recepção’, por exemplo, pois nós não dizemos o ‘p’ e os brasileiros usam. Deste modo as duas palavras têm validade e aparecem no dicionário na mesma entrada separadas por uma barra e com a mesma definição.” A editora levou ano e meio para alcançar os objetivos: “refrescar o nosso dicionário – inserimos 30 mil novas entradas – e adotar o acordo.” Para este trabalho contou com o apoio do linguista Malaca Casteleiro, coautor arquitetado para a primeira versão do acordo ortográfico, e do lexicógrafo Pedro Dinis Correia.

Este é o primeiro acordo do século XXI. Outros já o precederam. De acordo com os seus promotores, esta convenção pretende defender a unidade da língua portuguesa, aumentando a sua influência internacional, enquanto acaba com a existência das duas normas ortográficas discordantes e oficiais: a do Brasil e a dos restantes países de língua portuguesa.

Contra esta sua última aventura, a língua de Camões contou com um movimento discordante nascido em 1986 e encabeçado pelo escritor Vasco Graça Moura. O jornalista e escritor Miguel Sousa Tavares (MST) foi outro nome crítico deste acordo, tendo afirmado nomeadamente no Expresso que “Quando não têm mais nada com que se entreter para exhibir a sua importância, os senhores da Academia das Ciências e os ministros dos Estrangeiros gostam de nos ameaçar com o acordo ortográfico, cujo objectivo único é pôr-nos a escrever como os brasileiros assim lhes facilitando a sua penetração e influência nos países de expressão portuguesa. A este propósito, Vasco Graça Moura, afirmou que o acordo é um ‘diktat’ neo-colonial em que o mais forte (Brasil) determina a sua vontade ao mais fraco (Portugal)”.

Nos Açores e pela diáspora açoriana as opiniões divergem. Todavia, uma certeza mantém-se: a necessidade de preservar a língua através da sua manutenção e divulgação pelo mundo.



“Não gosto de acordos destes. A Língua nunca foi uma questão de acordo, acontecia naturalmente. As pessoas cultas criavam palavras novas do Latim ou do Grego, os marinheiros traziam-nas com o “ananás” ou com o “chá” de tupis-guaranis ou de chineses, dava-lhe o povo um jeito aqui outro acolá, fixavam-lhe as mudanças os gramáticos, ratificavam-nas os escritores. Veio a República e entendeu que podia mandar em tudo, até nela, na Língua. Isso foi em 1911, mas ficou o costume. (...) Estamos, sem dúvida a perder um pouco da nossa nacionalidade, história e individualidade. Os países que mantiveram a nossa Língua são uma amálgama preciosa de culturas, têm o seu percurso, o “sotaque” da escrita é mais facilmente compreensível do que o da fala oral. (...)

Relativamente ao ensino da nossa língua na diáspora devemos primeiro, talvez, saber a quem iremos ensinar. Nenhuma norma fará do Português de Portugal o padrão imutável. (...)

Quanto à adaptação da produção literária com custos adicionais para as editoras isso é o disparate. Quem é da minha idade leu desde criança as histórias em quadrinhos que vinham do Brasil, ou até mesmo a revista “Cruzeiro”. E nem por isso deixámos de aprender correctamente a nossa Língua. (...) Quanto à liberdade que resta ao criador em decidir manter o “seu velho” português, digo que Fernando Pessoa manteve quanta e enquanto quis, e não deixou de ser o maior poeta português do século XX. Pessoalmente acho uma incongruência a “obrigatoriedade de mudar” logo que o acordo se torne lei. Uma arbitrariedade de um governo cujo chefe é capaz de dizer uma aberração destas:”eu sou daqueles que acredito”... Pois eu não sou daqueles que acreditam que a democracia da Língua seja isto.”

ONÉSIMO TEOTÓNIO DE ALMEIDA
Professor/escritor – EUA

“Acho que sim que se justifica este acordo. Não há razão para haver duas grafias da língua. Existem duas grafias em inglês, a inglesa e a americana, mas as diferenças são mínimas. Não têm os problemas de acentos. Há muito que era preciso aproximarmos mais as grafias das duas versões do português. O Brasil não se deve importar. Quem se deve importar é Portugal. A verdade é que nunca estamos preparados para nada. Portugal não estava preparado para a democracia e hoje tem-na. (...) Não estamos a perder nacionalidade, história e individualidade. Daqui a uns anos ninguém mais de se lembrará de como em 2007 se escrevia certas palavras. Alguém sente que perdeu a identidade portuguesa porque já não escrevemos “farmácia” ou ‘prompto’ ou Ignácio? Sobre o ensino nas comunidades a nova ortografia aprende-se num instante. No passado já houve alterações ortográficas. Quem tiver dúvidas tente ler “Os Lusíadas” no original. (...) Quem quiser teimar a escrever à antiga, que o faça. É como a missa em latim. Assassinar a herança literária com as modificações? Se isso fosse verdade então muitos assassinatos foram cometidos ao longo da história com as sucessivas alterações da ortografia desde as cantigas de amigo. Quanto à liberdade deixada ao criador acho que mais importante do que acertar as agulhas numa palavra ou noutra agora alterada seria importante as pessoas deixarem de cometer erros. Os criadores portugueses não deixarão de ser menos criadores por se lhe alterarem uma dúzia e meia de regras ortográficas. Pessoalmente não vejo por que razão não haveria de adaptar as mudanças. Primeiro porque é uma lei. Segundo porque não vejo razão para me tornar objector de consciência por causa disso. Terceiro porque acho que a grafia da língua não constitui de modo nenhum um elemento fundamental da identidade seja de quem for. (...)

EDUARDO BETTENCOURT PINTO

Poeta-Canadá

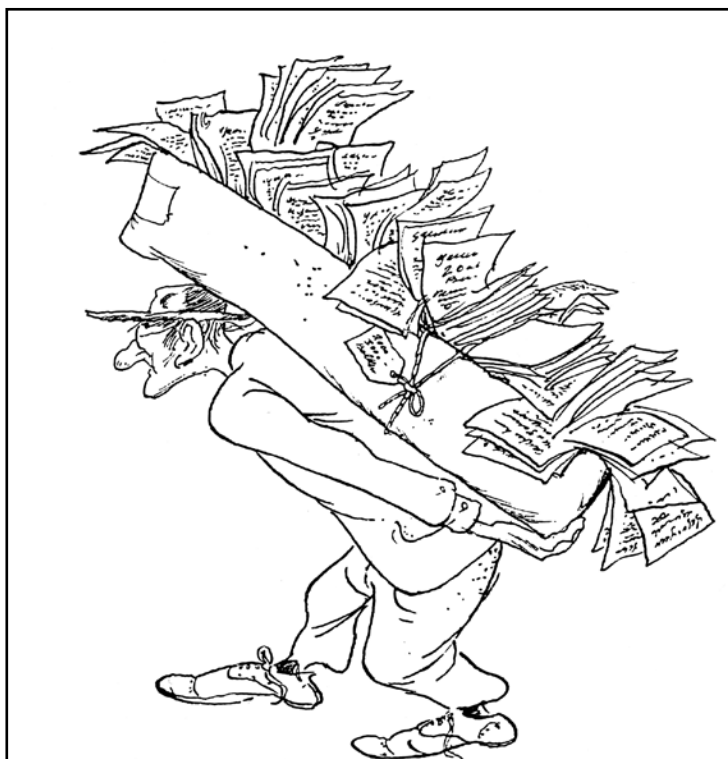
“Não sei até que ponto os países lusófonos estão preparados para um acordo destes. A questão arrasta-se há anos e até agora, creio, não se tem visto qualquer resultado. Cada país tem as suas particularidades linguísticas, e há sempre a tendência de os mesmos seguirem os seus padrões culturais. Cabe aos responsáveis das Pastas da Educação dos países membros de seguirem as normas acordadas e impô-las nos seus circuitos educativos. Quanto à possibilidade deste acordo afectar a produção literária acho que ele exigirá certamente um período de adaptação por parte de todos aqueles que usam a língua como veículo comunicativo e de arte. Como poeta a viver no Canadá a necessidade de adaptação pessoal e a posição do governo de exigir das editoras revisão de obras já editadas, não sei até que ponto será financeiramente exequível uma revisão dessas. As editoras portuguesas, por exemplo, atravessam neste momento uma crise grave. Embarcar num projecto de revisão de livros já publicados não só me parece excessivo e desnecessário, como também inviável economicamente. O mercado de livros, como se sabe, é pobre. Lê-se muito pouco.

A nível pessoal farei todos os possíveis para estar actualizado, desde que haja uma norma estabelecida e seguida oficialmente.”

LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL

Escritor – Brasil

“Este acordo justifica-se, e muito. É o momento de unificarmos a grafia da língua portuguesa. Chega de passar vergonha na ONU, quando perguntam a nossos diplomatas, ironicamente, qual o português que está valendo. Vamos pensar modernamente, como fez a Espanha: a grafia da língua espanhola é uma só, no mundo todo. Os sotaques sim, esses variam, e são ricos e instigantes. Neste momento estamos preparadíssimos para olhar as modificações ortográficas; ademais, o acordo alterará apenas 0,48% de nossas palavras. Em Portugal, terão de alterar 1,56%. Outra coisa: a grafia das palavras, um acento aqui, outro acolá, isso nada tem a ver com a identidade cultural de um povo. Quanto à possibilidade de perdermos parte da nossa nacionalidade, história e individualidade, nem um pouco: não perderemos rigorosamente nada. (...) Quanto à edição e adaptação de obras, as editoras, muito ao contrário do que pensam, aumentarão seus lucros, pois um livro impresso aqui poderá circular plenamente em Portugal, e vice-versa. Para publicar seus livros, não mudará nada. Ao criador resta-lhe toda liberdade. Criar algo, do ponto de vista literário, tem a ver com a inovação e ousadia das idéias, e não com a grafia das palavras com que essas idéias ousadas e inovadoras são transmitidas. Pessoalmente encaro



este acordo oportuno, decente, recomendável. Sou um dos maiores entusiastas brasileiros do acordo, acolhendo-o como uma expressão de inteligência. (...)"

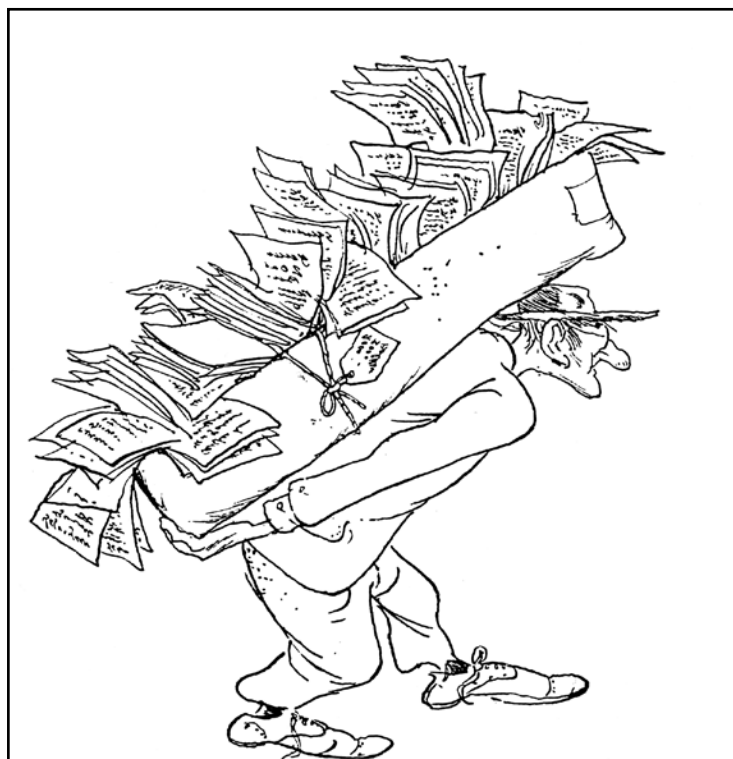
ANTÓNIO M. MACHADO PIRES

Ex-reitor UA

– especialista em estudos nemesianos

“Um acordo ortográfico só se justifica se tiver condições para ser posto em prática. Seria benéfico para uma acção unificada da Língua Portuguesa no mundo, pelo número de falantes e pelo mercado de livros. Mas as diferenças culturais e identitárias entre Portugal e o Brasil, principalmente, o peso da “tradição” escrita e a indiferença do cidadão comum apontam para mais um esforço vão. Uma língua é uma realidade viva que não se controla por convenções impostas, sobretudo quando se apontam modificações e alterações como as que estão em causa. Não estamos preparados para pensar em “marcas culturais”, pois hoje a cultura é um conceito muito vago! (...) A língua faz parte do património multi-secular. A melhor forma de defendê-la é ensiná-la bem, escrever (e ler autores portugueses). Quando falo no ensino, refiro-me não só do português em Portugal como no estrangeiro (leitorados). A questão da língua deve ser vista como um todo. Cada vez que descuidamos o ensino da Língua e da História de Portugal estamos a perder identidade. E ninguém nos vai valorizar e defender se não formos nós próprios. (...) A atenção dada ao ensino do Português nas zonas que se costumam designar por diáspora deve ser grande. É uma reserva do Português que garante a continuidade da Cultura Portuguesa no mundo. Merece a maior atenção dos políticos e da política portuguesa. Quem semeia a língua semeia a “alma”; quem fala uma determinada língua impõe o mundo que lhe está por detrás. (...) Na era pós-acordo (se chegar) ter-se-á de publicar (e ensinar!) conforme o acordo. Mas as edições anteriores valem o que valem. As alterações são respeitantes a normas mínimas de ortografia comum. A expressividade de cada “feição” do Português mantém-se. O que nos parece é que as diferenças “de fundo” entre o Português de Portugal e o Português do Brasil são tais que não é possível, no mundo global de hoje, impor normas. De resto acordos ortográficos já não

estão na moda. As tentativas anteriores (Portugal / Brasil) são história. Hoje a realidade é escrever-se como cada comunidade praticar a escrita. A maioria dos Portugueses (sobretudo os mais velhos!) vai continuar a escrever como escrevia e o Brasil ainda o fará com mais indiferença. Poderá haver (em Portugal) uma prática nos documentos oficiais e outra na pena dos cidadãos comuns. O que será desastroso e ridículo. (...) As pessoas vão escrever como escreviam. Passa a haver dois usos do Português, o que será ridículo e prejudicial (...) Porque não aceitar que há duas práticas de Língua Portuguesa no mundo (se pensarmos mormente nos dois universos em confronto, Portugal e Brasil) e continuar a fortalecer o ensino do Português (tradicional) de Portugal, a ver no que dá? São, afinal, universos culturais afins, mas diversos, que a língua traduz. Não é um documento normativo importante que subjuga uma prática viva comum. É tarde. E talvez seja melhor assim. (...)”



LÉLIA NUNES

Santa Catarina – Brasil

“Assinado em 1990, engavetado por 17 anos está de volta a discussão sobre o acordo ortográfico. (...) Aliás, o próprio Ministério da Educação do Brasil chegou a anunciar que em 2008 o propalado acordo passa a vigorar. Ainda bem que não passou de mais um anúncio e que não vai a lugar nenhum. (...) Não é inovador e muito menos unifica escrita de fato. Mexe em acentuação ortográfica como o acento diferencial e o trema, elimina consoante como se afeto ou afecto fosse diferente nas duas margens só porque um escreve com c e outro sem c. Se a justificativa da sua necessidade é o nosso maior entendimento mútuo, então encaro com muito ceticismo a realização de um acordo ortográfico nestes termos por ser muito mais político do que uma real mudança da representação simbólica do que falamos – a dinamicidade da linguagem. Estarmos preparados é diferente de aceitar ou concordar com o que se pretende como Reforma Ortográfica. A preparação passa por um grande dispêndio econômico e desgaste político interno. Não podemos esquecer que é algo imposto, vem de cima pra baixo. (...) Antes de tudo vai depender muito de vontade política, de competência para bancar o acordo e capacidade orçamentária para realizá-lo. (...) Isto são apenas convenções e com elas não perdemos identidade cultural. (...) O português falado e escrito no Brasil continuará com sua musicalidade brejeira, com a doçura que lhe é peculiar. (...) A língua é nosso patrimônio cultural. A nossa identidade está na alegria contagiante, sensual, cheia de volteios vibrantes, carinhosos que colorem, amoremam e dão graça à escrita brasileira com “C” ou sem os “Cês”. Por outro lado, a escrita cheia de letras mudas – afecto, facto, contacto – não impediu o português de Fernando Pessoa de ser amado ou José Saramago de ser best-seller no Brasil.

No Brasil, a discussão ainda vai pelos labirintos acadêmicos. (...) No que diz respeito ao trabalho das editoras, a curto prazo vão perder com a implantação das normas do acordo pois terão que adequar à nova grafia desde os simples catálogos ao seu banco de dados. Mas, as editoras brasileiras, num futuro próximo, vão lucrar e muito. Pois, o livro aqui produzido poderá ser circular em Portugal e da mesma forma os livros portugueses. (...) Acredito que uma herança literária jamais será “assassinada” devido a uma alteração ortográfica. Ela é e será sempre o patrimônio cultural de um povo e, o criador tem sempre liberdade: o seu livre pensar e criar. (...) Todavia, encaro este acordo com ceticismo. Reafirmo: não se trata de uma verdadeira reforma ortográfica na acepção da palavra. Esta já nasceu com falhas de percurso histórico e político. O acordo foi ratificado por apenas três países membros da CPLP, entre estes o Brasil, em 2004. E Portugal não era um deles. Como pode se falar em acordo sem Portugal? (...) É esperar pra ver, enquanto isso vamos alçando vôos por mares de afectos.”

URBANO BETTENCOURT

Docente UA – escritor

“Se pensarmos em termos multi-laterais, é claro que não precisamos de qualquer acordo para nos entendermos uns aos



outros. Passei a adolescência a ler escritores brasileiros sem qualquer adaptação ortográfica e não foi por isso que deixei de entendê-los e de amá-los, nem isso afectou a minha escrita europeia.

Em termos internos, a supressão de consoantes mudas simplifica a ortografia e a aprendizagem? Eles dizem que sim, embora quem, como eu, contacta diariamente com a expressão escrita verifica que os maiores problemas até não passam por aí, pela falta de um “cl” que se ausentou para parte incerta.

A ortografia é apenas a (possível) representação do que falamos, mais próxima da etimologia, mais próxima da fonética, conforme o critério adoptado, o que quer dizer que há aqui uma forte componente de convencionalismo. Sem isto, sem o trabalho de sistematização ou normalização, ainda estaríamos hoje a ver o ‘çapateiro de Gil Vicente que vay à barca do parayso pedir ao barqueyro que o leve nella’.

Perdeu-se alguma coisa da nossa individualidade com a passagem ao que temos hoje? Creio que não. Com o acordo ortográfico eu continuarei a cantar “adoremos com afetos de alma o Espírito Santo Divino” com a mesma emoção com que hoje o faço no terço cantado ao Espírito Santo. Bem sei que vou tropeçar em coisas esquisitas como “creem” e vou ter de crer que aquilo é mesmo o verbo “crer” no presente do indicativo, 3.^a pessoa do plural (coisa idêntica para “descreeem, preveem, e por aí adiante). A questão do ensino na diáspora já suscita questões de outra natureza. Terá o governo dinheiro e sobretudo vontade política e capacidade para apoiar a nova situação resultante do acordo? Aqui, vocês estarão mais aptos a responder, pela experiência do passado e do presente. Mas neste domínio do ensino do português no estrangeiro (e no país), o verdadeiro monstro é uma coisa que se encontra em cozedura nos gabinetes do Ministério e que se chama TLEBS, ou seja, a nova terminologia linguística para o ensino básico e secundário.

Parece que devido à nossa proverbial lentidão e inépcia, vamos ter dez anos para nos adaptarmos à nova grafia, segundo terá dito a senhora Ministra da Cultura de Portugal continental. Não sei se nessa altura ainda andarei por cá.

Entretanto, hei-de (ou hei de) ir escrevendo sem preocupações de maior. (...)”

GRAÇA CASTANHO, ph.d

Ex – cons. Ensino português nos EUA/Bermuda

“Um acordo que vise a uniformização de critérios linguísticos a usar pelos falantes dos países de língua portuguesa é uma medida urgente e necessária. (...) O acordo justifica-se porquanto é necessário chegar a um entendimento alargado e consensual entre as partes interessadas sobre as regras básicas comuns de escrita. Este passo, para além de responsabilizar todos os envolvidos nesta questão, constituirá um travão à caminhada individual que cada país tem traçado para a língua portuguesa no seu espaço geográfico. Neste momento, temos o Brasil a reclamar uma língua própria, Moçambique e Angola também já questionam se a língua que usam é Português Continental ou se não será outro idioma. Do conjunto de países de língua portuguesa, Portugal é, sem dúvida, aquele que terá mais dificuldade em aceitar o acordo ortográfico. Há muita resistência à mudança e à consequente perda de prestígio e controle sobre os destinos da língua. (...) A nossa insignificância numérica (somos 10 milhões de habitantes em Portugal) obriga-nos a ser um parceiro entre os demais, cabendo, sem sombra



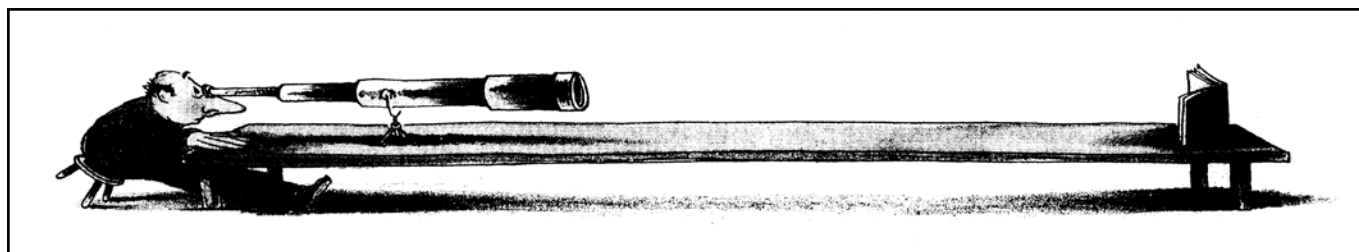
de dúvida, ao Brasil (país com perto de 200 milhões de falantes do Português) o papel decisivo quanto ao futuro da língua portuguesa no mundo.

Quanto à marca cultural que nos vem da língua, tal asserção não passa de uma falácia. As línguas sempre se alteraram ao longo dos tempos. (...) O Português moderno nasce só no século XVI. Daqui até aos nossos dias as mudanças têm sido abissais e prometem continuar a bom ritmo na língua portuguesa e em todas as línguas do planeta. Acho que não há motivos para alarmismos desnecessários. (...) A língua é um aspecto cultural entre muitas outras dimensões que nos caracterizam como povo. (...) O que importa saber é se essas mudanças nos enriquecem, se aproximam cada vez mais os diferentes povos e raças, e se reforçam valores e princípios morais que dignificam a existência humana. A partir do momento em que o acordo entrar em vigor deve haver um esforço por parte de todos nós para corresponder às regras que vierem a ser acordadas. (...) A herança literária tem mais a ver com as ideias, conceitos e crenças do que propriamente com o registo. (...) A língua portuguesa não é, desde o século XVI, a língua de Portugal. É sim a língua dos falantes do Português quer eles estejam na América, na Europa, na África ou na Ásia. O facto de nos encontrarmos neste momento a discutir formas de uniformização linguística deve ser motivo de grande orgulho para nós portugueses. Isso só pode acontecer com as grandes línguas, com as línguas de expansão mundial. As línguas com poucos falantes não têm nada para negociar. Correm inclusivamente o risco de desaparecer. O português não está em crise. Antes pelo contrário, está em crescimento nos quatro cantos do mundo. Por isso é que necessita de um acordo (...).”

DINIZ BORGES

Professor EUA

“Um acordo ortográfico é importante, porém acho que deveria ser mais brando”, refere Borges para esclarecer que “na minha posição de professor nas comunidades não vejo grandes problemas porque nas minhas aulas já falo e os alunos já aprendem as diferenças entre o Português de Portugal e o Português do Brasil.” Quanto à questão dos professores na diáspora estarem ou não preparados para o acordo, Diniz Borges é de opinião que se torna importante equipá-los de material que neste momento já sofre de muitas incompatibilidades. “A nível do ensino primário e secundário há pouco material, entretanto a nível de ensino universitário já existe algum.” Borges não acredita no diluimento “da nossa nacionalidade, história e individualidade, “pois as línguas evoluem através dos anos. Não vejo a língua enraizada nas comunidades. Vejo sim a língua, como acontece com todas as outras comunidades, particularmente nos EUA a ficar numa língua de dias de festa e de ajuntamentos de família.” Com o fim da emigração, realça o professor, “as comunidades ficam mais americanas e canadianas e menos portuguesas, pelo menos em termos de língua, em termos culturais já é diferente.” Na produção literária, este docente defende que “o criador deveria ter a sua liberdade, tal como já acontece há anos com o Mia Couto e o Pepetela, que escrevem com os seus respectivos estilos e influências dos seus respectivos países e que qualquer leitor de língua portuguesa poderá seguir facilmente.” As mudanças devem ser adoptadas paulatinamente pois “não acho que seja obrigatório mudar-se logo que o acordo seja assinado”.





A LÍNGUA COMO MENSAGEM SÓCIO-CULTURAL

A língua é a expressão lídima de qualquer cultura e, na convergência de culturas nos EUA, encontramos um campo fértil para repensar a língua portuguesa como expressão da realidade sócio-cultural que ela representa. A palavra é o reflexo do que acreditamos e professamos, do que realizamos e aspiramos. Com ela compartilhamos a existência, afirmamos a verdade e a falsidade, narramos o belo e o horrível. Com ela sanamos e abrimos chagas, e, por isso, na bagagem do consciente e subconsciente há imagens de felicidade e infortúnio, que a palavra produziu para todo o sempre. Igualmente, há preconceitos, complexos, injustiças que a mesma gera e perpetua no âmago dos desejos e aspirações, medos e apreensões.

Neste contexto, sobressai um aspecto de abuso da língua portuguesa quanto ao emprego do género masculino das palavras, como se a espécie humana fosse constituída por seres quase só do sexo masculino. E isto tratando-se da pessoa humana é grave. Não me refiro à origem do género masculino e feminino das palavras, não tem para o caso importância alguma que *mar* seja do género masculino e *água* do feminino. Refiro-me, sim, ao uso e função das palavras como expressão da realidade atribuída ao homem ou à mulher. O problema põe-se, primariamente, em relação à mulher, a qual, mesmo no mundo ocidental, por muitos séculos, esteve limitada às actividades domésticas, ao conforto da família e ao prazer da cama, na submissão do homem. Com o andar dos tempos, esta situação alterou-se radicalmente, sem que a língua portuguesa conseguisse acompanhar a evolução.

Por outro lado, é evidente que cultura não é algo estático, espécie de passado cristalizado, simples tradição, peça de museu, e a linguagem como sua expressão também não pode ser. Transforma-se em cada momento que passa, com maior ou menor relevância e incidência, na marcha implacável do tempo sem compassos de espera. Igualmente, não é, de modo algum, uma simples questão de moda, é grande parte do que somos e pretendemos ser como pessoas, famílias, grupos, povos.

Olhando à volta, não é difícil constatar como o mundo se transformou, nas últimas décadas, em todos os domínios da experiência humana, no âmbito científico,

tecnológico, político, sociológico, familiar, educacional e mesmo religioso. E no epicentro desta transformação encontra-se a mulher. Tornou-se a grande protagonista, que, a pouco e pouco, vai atingindo o patamar da igualdade e influenciando os acontecimentos, a partir dos centros neurálgicos da actividade terrestre. Tem-no conseguido, sobretudo, através de uma melhor preparação educacional que a libertou de preconceitos milenários e de tabus culturais religiosamente incutidos. Assim, com a aquisição do saber, que é progresso e libertação, veio também a compensação monetária que é poder e influência. Actualmente, nas universidades dos países mais desenvolvidos, e também em Portugal e no Brasil, o número de mulheres, estudantes e docentes, está a ultrapassar o dos homens, com tendência para tornar-se fenómeno universal.

Ela tornou-se presença indispensável e, nalguns casos, até incómoda, tratando-se, particularmente, da política e da religião, talvez, os dois universos mais reclusos e impenetráveis, resguardados e protegidos ao mais alto nível da conveniência e intolerância, por razões óbvias. A língua portuguesa, na sua expressão escrita e oral, continua a ignorar esta realidade sócio-cultural, insistindo no arcaísmo do uso e abuso da linguagem sexista.

Persistência da Linguagem Sexista

Influência religiosa. Nas principais religiões ocidentais, Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, Deus é concebido como entidade do sexo masculino, designada por 'Ele'. Para os cristãos é Deus Pai. Em muitos lugares de culto, ainda hoje, se continua a rezar como se a mulher nem lá estivesse presente: *orai irmãos a Deus Pai*. Na religião católica e islâmica, o poder hierárquico é exclusivo do homem.

Estatuto profissional. Até há relativamente pouco tempo, as profissões liberais, onde residia o prestígio social, eram exercidas apenas por homens, que tinham tido acesso à instrução. Daqui, a terminologia machista – *os advogados, os médicos, os juizes, os professores*, etc. O emprego do género feminino das palavras para estas

profissões era simplesmente desnecessário. A mulher não exercia tais profissões por serem consideradas impróprias para ela pelo simples facto de ser mulher. Além disso, a subsistência e autoridade familiar era exercida exclusivamente pelo homem, o todo poderoso *paterfamilias*, daqui o termo *pais* em referência à família para designar ambos os progenitores, omitindo a referência explícita à mulher como mãe, e o termo *filhos* para a prole de ambos os sexos, nesta lógica da significância masculina.

Controlo político. O direito à participação na vida política é recente. A mulher portuguesa só pôde votar, sem restrições, depois do 25 de Abril, 1974, mas, ainda hoje, os políticos só agradecem o voto dos portugueses, como se ela ainda não votasse. Nos EUA, só em 1920, e na Suíça dos bancos e cantões, a mulher pôde votar apenas em 1972!

Implicações educacionais e humanas. No campo educacional a precisão linguística é de máxima importância para a aprendizagem e desenvolvimento igualitário da criança, do jovem e da jovem. A linguagem sexista é discriminatória, insensível e causadora de preconceitos e inibições contra a mulher, em todas as fases do seu desenvolvimento psicológico e de relação no agregado familiar e social.

Exemplos de Linguagem Sexista

Nos voos da TAP ou da SATA qualquer comunicação é feita irremediável e, talvez, inconscientemente, em linguagem sexista: **em inglês** – *ladies and gentlemen*; **em português** – *senhores passageiros...* E pouca gente nota a incongruência!

O cartão único da identidade nacional foi denominado *Cartão do Cidadão!*. Onde está a Cidadã?! Por que não o **Cartão da Cidadania!**? Até nos libertaria da cacofonia *_tão _dão*. Mas, espantoso, ninguém, que eu saiba, tanto nos meios de comunicação como nas *assembleias da inteligência do país*, fez qualquer reparo, nem as mulheres! É claro já existia a Loja do Cidadão!

A RTPi ao anunciar propostas de reformas à lei laboral: (...) **“o trabalhador”** à procura de emprego *poderá ter de informar o patronato quanto ao seu estado de gravidez!*

Talvez, no entanto, o caso mais elucidativo e célebre deste arcaísmo linguístico em Portugal, foi quando Maria

de Lourdes Pintassilgo foi nomeada Primeira Ministra. Algo inédito. Mesmo os mais sabidos ficaram gagos, como se, em português, não existissem as palavras – *primeira e ministra!* Punha-se o dilema de preservar a honra masculina do cargo, mantendo a mulher sob a burca da linguagem sexista, ou aceitar a nova realidade e expressá-la em linguagem actual. A primeira sugestão, mudar apenas o artigo: **a Primeiro Ministro**. Só ao cabo de alguns dias e muitas discussões, imperou o bom senso e a coragem da inovação – a *Senhora Primeira Ministra*.

Apesar de uma geração se ter passado sobre este caso bizarro, parece que nada ou muito pouco se aprendeu quanto à linguagem sexista, continua a ser usada nos tribunais, nas assembleias nacionais, nas salas de aulas, a todos os níveis do ensino, nos lugares de culto, em voz alta, nas manifestações de rua, e a todas as horas do dia e da noite, nos ecrãs da televisão e dos computadores, nas primeiras e últimas páginas dos livros e jornais, nas bibliotecas e livrarias, nos cafés, à mesa da cozinha e na sala de visitas, por toda a parte.

Assim, fala-se *dos direitos e do progresso do homem e até da relação do Homem com Deus. Da associação dos pais, do sindicato dos professores e dos trabalhadores, da ordem dos médicos e dos advogados, do número de filhos e irmãos, até avó no plural é palavra*



do género masculino, precedida do artigo 'os'..., sem a inclusão explícita da mulher, como se ela continuasse fechada em casa.

Uma das melhores expressões ainda usada e reveladora deste arcaísmo é: *o meu médico é uma mulher!*

Onde está a mulher no meio deste palavreado machista!?

Parece evidente que, na sociedade portuguesa e meridional europeia, a maior parte dos homens ainda sofre de complexos de superioridade masculina e a maior parte das mulheres de inferioridade feminina, mas, claro, ambas as partes sem o reconhecerem ou admitirem.

Conclusão

Num país que prima pela loquacidade e desatenção à pontualidade, onde o discurso formal ou a simples intervenção pública acaba, quase sempre, em longa divagação e prelecção, a linguagem não-sexista da abrangência e inclusão, dificilmente, será uma perda de tempo. Mas, pelo contrário, a expressão da realidade contemporânea, em que o homem e a mulher vivem



imersos, em família e na sociedade, finalmente, com iguais direitos e responsabilidades, sem as tradicionais restrições profissionais, educacionais, políticas e religiosas.

Na linguagem sexista, onde estão as *mães*, embora se fale tanto dos pais, os grandes ausentes da família? A mulher na sua missão de mãe, merece muito mais que simples menção honrosa e muito menos omissão. Merece apreço ímpar e único pelo autêntico milagre de disponibilidade amorosa e insubstituível. Nove meses de gestação e cuidados incomparáveis com qualquer outra tarefa humana que possamos imaginar, seguidos de longas horas de dor e esperança, e, com frequência, verdadeiro risco de vida. Depois, uma relação única de felicidade e apreensão com a criança recém-nascida, o primeiro sorriso, as primeiras palavras, os primeiros passos, as primeiras conexões conscientes. Assim, todos nós, filhos e filhas, iniciamos o percurso existencial de sobrevivência e crescimento na sua dependência e vigilância, sob o seu olhar e carinho.

Mais, onde estão as outras mulheres, filhas, irmãs, amigas, professoras, médicas, operárias...? Todas sob a burca da linguagem sexista, *a linguagem do implícito, do faz de contas, da boa intenção, do quer dizer...*

Julgo ser razoável interrogarmo-nos se não haverá forte conexão entre linguagem sexista/machista e violência doméstica, onde a mulher continua a ser a grande vítima?!

Na perspectiva psíquica, o simbolismo e realidade desta cultura machista encontra-se, bem clara, na expressão sexista freudiana – *a inveja do pénis*, que, significativamente, cunhou a atitude machista cultural da civilização ocidental. O próprio charuto, ainda peça exclusiva do homem, não se fuma sem a tal atitude de superioridade masculina.

Todavia, mesmo em linguagem psicanalítica, bem mais real e justo seria falar-se da generosidade uterina, berço da humanidade, e da dignidade da vagina, 'arco de triunfo', por onde passam todos os viventes de ambos os sexos na caminhada triunfal para este mundo, excepto em casos de emergência, quando se torna imperativo encontrar uma saída de recurso e recorrer à violência do bisturi.

CAETANO VALADÃO SERPA, Ph. D.



Fotografia de RUI MELO



OS LUSOCANADIANOS E A APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS NA UNIVERSIDADE

O ensino da disciplina de Língua Portuguesa na Universidade de Toronto foi iniciado em 1947, anos antes da imigração portuguesa para o Canadá. No entanto, quer em Portugal, quer no próprio Canadá, a ideia errônea de que os alunos de português são os filhos dos emigrantes continua arraigada na mente das pessoas. Parece-me apropriado esclarecer e esperar que, sessenta anos depois de formados tantos estudantes, as pessoas tenham conhecimento que a Língua Portuguesa é parte integrante dos programas da maior universidade do Canadá.

Milhares de alunos têm aprendido, ao longo destes anos, a Língua, a Literatura, a História, não só de Portugal, mas também dos outros países de expressão portuguesa. Formados em Economia, Informática, Antropologia, Medicina e em muitas outras áreas, com a componente *Estudos Portugueses*, inúmeros dos nossos alunos alcançaram carreiras de sucesso em instituições bancárias, em multinacionais, Faculdades, hospitais, etc.. O conhecimento da língua foi determinante para as suas carreiras.

Quem são os alunos que procuram as aulas de Português? A quem ensinamos a língua, a cultura, a literatura e a história dos países lusófonos? Quem é que quer aprender a Língua Portuguesa e disciplinas com ela relacionadas? Os alunos que nos procuram são na maioria lusodescendentes?

Ao fim de mais de vinte anos como docente e coordenadora dos cursos de língua no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Toronto, creio poder abordar com alguma autoridade esta questão.

Somos quatro professores com horários completos no Departamento, dois portugueses, um brasileiro e um americano. Falarei sobre a minha experiência pessoal que ilustrará o tipo de ensino que se pratica no Departamento.

Os vários níveis de língua

Todos os anos lecciono Iniciação à Língua Portuguesa, um dos meus cursos favoritos. Gosto muito de ensinar alunos que nunca tiveram contacto algum com a língua. Dá-me imenso prazer trabalhar esse barro e esculpir pouco a pouco as formas que o interesse, gosto e esforço postos na aprendizagem irão produzir. Faço-o com muito entusiasmo e os alunos têm correspondido; chego ao fim de cada ano com a alegria de poder estabelecer pequenos diálogos com “canadianos” a quem espero poder ter despertado para o amor à nossa língua. Quem são eles? Varia muito porque vivemos num país multicultural por excelência. Tenho conhecido rapazes e raparigas cujos pais nasceram na Coreia, na Índia, no Iraque, no Paquistão ou na Croácia, para apontar apenas alguns exemplos. Porque é que eles querem aprender Português? As razões são de ordem vária também. Porque é uma língua românica e eles já estudaram francês ou espanhol e querem juntar uma outra, porque a universidade os estimula a aprender pelo menos uma língua estrangeira, porque o Brasil os atrai como um país onde podem trabalhar no futuro, porque têm amigos ou namorados que falam o português.

Há nos meus cursos de Iniciação alunos canadianos cujos avós ou pais nasceram em Portugal? A resposta é afirmativa: há cada vez mais alunos de terceira geração com nomes que denunciam a sua origem portuguesa. Porém, para estes lusodescendentes, o português é uma língua estrangeira como o francês ou o italiano. Nunca a falaram em casa ou porque os pais já nasceram no Canadá e nunca a aprenderam, ou porque os pais somente compreendem a língua e já não se sentem à

vontade para a ensinar, ou porque são fruto de um casamento misto e os pais decidiram que a língua comum falada em casa fosse o inglês. Há muitos estudantes lusocanadianos em que um dos pais é de origem italiana, ucraniana, indiana ou mesmo anglófona. O que os leva a querer aprender a língua? Uma vez é curiosidade pelo país de origem de que ouvem falar em casa, outras a necessidade de se identificarem com a família (em especial os avós). Gostam da comida portuguesa, são levados a festas que os cativam mas onde participam sem entender muito bem o que se passa (por exemplo, as festas de Carnaval à moda da Ilha Terceira) ou praticam desde pequenos a religião católica e tomam parte em tradições religiosas como o Senhor Santo Cristo ou a Festa do Divino Espírito Santo.

Em níveis de língua mais avançados, o terceiro ou quarto anos, com um grau de dificuldade maior, a percentagem de alunos que frequenta as minhas aulas é maioritariamente de lusodescendentes. Alguns nunca fizeram uma viagem a Portugal continental ou nunca foram às ilhas de que ouvem os seus pais ou avós falar. Querem aprender a língua para um dia poderem ir a Portugal. Há neles uma grande vontade de conhecer mais sobre a sua história, uma certa curiosidade e interesse em se familiarizarem mais com a economia brasileira, e em particular o potencial que um país da comunidade económica europeia lhes pode oferecer. Frequentam também os cursos de Literatura, de Cultura, de História e empenham-se em obter notas altas que lhes permitam prosseguir os estudos e obter um grau correspondente a um bacharelato ou licenciatura em Estudos Portugueses na nossa universidade. Esses lusocanadianos têm consciência que a aprendizagem de Português os virá enriquecer e talvez preencher uma lacuna na sua identidade. Um sentimento de pertença é muitas vezes despertado quando se lhes revela um Portugal moderno e evoluído, com factos que contradizem de certo modo a imagem que lhes tinha sido incutida pelas famílias, emigradas há muitos anos.

Há entre os alunos que frequentam os níveis mais avançados, um outro grupo que adora tudo o que tem a ver com Portugal. São geralmente alunos que foram levados pelos pais ou avós a Portugal continental ou às Ilhas, gostam de tudo o que tem a ver com o país. Declaram-se portugueses embora tenham nascido no Canadá. Sonham com um Portugal idealizado que conhecem de férias curtas, geralmente passadas na praia ou que têm visitado durante a altura de festas. Não querem ouvir nada de negativo – quer sejam estatísticas, ou outros factos da nossa história. Conhecem de cor os nomes dos cantores da moda, os futebolistas e, às vezes, seguem as telenovelas na RTP ou SIC que os pais têm em casa.

Temos ainda alunos que aprendem português por questões de ordem prática. Querem trabalhar na comunidade portuguesa de Toronto onde os bancos, as lojas, as pequenas e grandes empresas procuram empregados com conhecimento falado e escrito da língua. Alguns têm ambições de serem empresários e trabalhar no seio duma grande comunidade onde a língua portuguesa é uma presença forte. Esses jovens que se formam em áreas como Contabilidade, Direito, Medicina Dentária, entre outros, com uma componente em Estudos Portugueses, têm maior facilidade no mundo competitivo norte-americano de procura do primeiro emprego. Não são todos lusodescendentes. São jovens que têm um bom conhecimento da realidade da sociedade canadiana e sabem que o estudo de uma língua como o português lhes abre as portas para um futuro mais alargado no mundo do trabalho.

Português aprendido noutras universidades

Há outras universidades canadianas onde o Português é ensinado. Um dos programas que mais se desenvolveu nos últimos anos é o da Universidade de York, nos arredores de Toronto. No ano lectivo que se inicia, a Universidade de York vai poder oferecer aos alunos um Diploma em Estudos Portugueses, à semelhança daquele que a Universidade de Toronto vem a oferecer há

muitos anos. Todos ganham com mais essa iniciativa. Na verdade, a Universidade de York tem o potencial de vir a atrair um grande número de alunos lusodescendentes. É uma universidade mais aberta, geograficamente bem localizada para os lusocadianos radicados no norte e oeste de Toronto, um pouco menos exigente na média necessária para se poder ser admitido e com uma grande oferta de cursos. Outras universidades mais pequenas, em outras cidades canadianas, oferecem também cursos opcionais em Língua Portuguesa.

A situação do ensino do Português nas universidades da América do Norte

Porque a aprendizagem da Língua e Cultura de Expressão Portuguesa é de extrema pertinência e actualidade, a Universidade de Toronto, em colaboração com a Universidade de York e várias universidades americanas, está a organizar um congresso internacional a ter lugar em Outubro próximo, cuja temática é: Ensino de Português nas Universidades Norte-Americanas: Situação e Desafios.

Em Toronto, mais de trinta académicos se irão debruçar durante os dias 16, 17 e 18 de Outubro de 2008, sobre o ensino do Português nas universidades norte-americanas. Como coordenadora-geral do Congresso, o meu interesse é poder recolher os resultados da reflexão. Desse Encontro sairão conclusões que terei, todo o gosto e interesse, em voltar a partilhar com os leitores interessados.

MANUELA MARUJO



Universidade de Toronto



Fotografia de JOSÉ FONTES



O TEATRO DO OPRIMIDO, O DIÁLOGO INTERCULTURAL E O *MERCADOR DE VENEZA*

O *Teatro do Oprimido* apresenta-se-nos como um método teatral sem precedente, idealizado pelo dramaturgo brasileiro Augusto Pinto Boal (n. 1931) e que reúne uma panóplia de exercícios, jogos e técnicas teatrais. Inspirado pelo trabalho precursor da pedagogia crítica, de Paulo Freire (n. 1921 – † 1997), votado ao escopo da educação e da escolarização enquanto criadoras de consciência de si e do outro, os principais objectivos desta inovadora representação cénica são a democratização dos meios de produção teatrais, o acesso dos estratos sociais menos favorecidos a esta forma de arte e a transformação da realidade através do diálogo e do drama. Granjeando uma cada vez maior notoriedade, a sua origem remete-nos ao Brasil das décadas de 60 e 70, ainda que citado textualmente pela primeira vez na obra *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*, saída do prelo em 1985 e que congrega uma série de artigos sistematizados por A. Boal entre 1962 e 1973.

Considera-se o surgimento da inovadora ideia de Boal aquando de um musical sobre a questão agrária apresentada no humilde Nordeste brasileiro, que terminava exortando os sem-terra a lutar e verter o sangue pelo natural e perene direito à terra. No final do espectáculo, um sem-terra instaria o grupo de artistas a partilhar da sua luta contra os jagunços de um fazendeiro que havia expropriado um pobre sem-terra. O grupo recuaria. Naquele momento, Boal admitia que o teatro que realizava advogava valores pelos quais o próprio dramaturgo não se regia. A partir daquele instante consideraria que o teatro deveria transcender-se sob a forma de diálogo, não se quedando num mero monólogo, como apanágio de até então. Nascia a primeira técnica do Teatro do Oprimido — o *Teatro-Jornal*, inicialmente com o objectivo imediato de lidar com problemas locais — como a questão da terra — e que, paulatinamente, passaria a ser difundido em todo o país. O *Teatro-Fórum*, porventura a principal e mais incisiva técnica deste teatro, eclodia no Peru, em 1973, como parte indissociável de um programa de alfabetização. Hoje, elencam-se mais de setenta países e duas dezenas de idiomas que adoptaram esta nova forma de arte interventiva. Não conhecendo fronteiras, o Teatro do Oprimido desenvolveria outras estirpes, como o *Teatro Invisível* na Argentina, como reacção política contra a vigente ditadura militar de Jorge Rafael Videla (n. 1925), e o *Teatro-Imagem*, proposto ao diálogo entre indígenas e os descendentes de espanhóis no México ou no Peru.

A principal e mais incisiva técnica do Teatro do Oprimido — dissemos nós — é o Teatro-Fórum. Um espectáculo sem argumento escrito *a priori*, onde se constata o uso formigado do improviso, baseado em factos reais, no qual a personagem oprimida e a opressora se digladiam de forma clara e objectiva na defesa dos seus anseios. Neste confronto, o oprimido é subjugado e o público é convidado a entrar em cena (literalmente!), a fim de substituir o oprimido e procurar alternativas para o problema encenado. Este diálogo é mediado por um “Curinga” — pessoa idónea que actua como interlocutor entre a peça e a plateia.

O Teatro-Fórum propõe-se a cindir os rituais tradicionais do teatro que reduzem o público a uma condição passiva e alienada. A sua premissa concerne ao estabelecimento de um



diálogo entre palco e plateia, onde os espectadores são convidados a sentir-se parte da solução da contenda ao entrarem em cena para transformarem a peça. Destarte, assiste-se à substituição da mera condição de espectadores pela de “espect-actores”.

* * *

Partilho agora um estudo-piloto publicado em Maio de 2006 pelo Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia (EUMC), denominado *Experiências de Racismo e Discriminação em 12 Países da UE*. Este estudo analisa experiências de racismo e discriminação vivenciadas por imigrantes e minorias étnicas nos mais distintos quadrantes do seu quotidiano — emprego, relação entre a esfera pública e privada, atendimento presencial em lojas e serviços de restauração e em instituições públicas, questões económicas, educação e relação com as autoridades — com base em inquéritos aplicados entre 2002 e 2005 em doze Estados-Membros da União Europeia. Por razões óbvias, Portugal será o país sobre o qual teceremos algumas breves e descomprometidas considerações.

Neste estudo foram considerados quatro dos mais expressivos grupos étnicos radicados em Portugal continental e ilhas, numa amostra de 1619 imigrantes ou seus descendentes, que se distribui por 413 ucranianos, 404 brasileiros, 403 guineenses e 399 cabo-verdianos.

O maior factor de discriminação sentido pelos indivíduos que partilham o mesmo *ethnos* concerne a questões económicas (42%), pelo motivo da recusa de concessão de empréstimo bancário ou de aluguer de habitação. Destes distinguem-se os brasileiros e os ucranianos. O acesso ao emprego justo mostra-se igualmente como foco de discriminação mais notório. Trinta e dois por cento dos inquiridos, com maior incidência para os provenientes da Guiné-Bissau (46% destes), confessaram sentir-se ou terem-se sentido, num dado momento, discriminados na procura de trabalho. A discriminação aquando do atendimento presencial em restaurantes ou lojas, ou ao nível das instituições públicas aduz ainda mais o sentimento discriminatório a que os imigrantes se acham confinados. Dos inquiridos, 11% confidenciaram terem sofrido um atendimento pouco capaz, inibidor ou mesmo vexatório pela sua condição de estrangeiro, principalmente em hospitais e em centros de saúde, nas agências de emprego e nas instituições dedicadas ao serviço social. Os brasileiros e os guineenses são dos que mais diminuídos se sentem quando atendidos pelo funcionário por detrás do balcão. Dos quatro grupos étnicos são os cabo-verdianos que se sentem mais discriminados em relação à sua vida privada. Vinte e dois por cento destes atestam ter sido alvo de comentários racistas ou xenófobos, vítima de assédio na escola, no trabalho ou na rua.

Não obstante Portugal ser um dos cinco países que no ano passado não disponibilizou dados oficiais sobre delitos racistas à Agência dos Direitos Fundamentais da UE e de o Parlamento Europeu não ser capaz de oferecer uma imagem inequívoca da situação deste fenómeno na Europa por falta de dados, também devido ao facto dos Estados-Membros disporem de diferentes

mecanismos de registo, não melindrará ninguém se se considerar o racismo e a xenofobia como não sendo conotado com a maioria do povo luso. Tal, ao invés de outros países, como Alemanha, Dinamarca, Eslováquia, França, Polónia ou Reino Unido, em que a escalada de racismo grassa cada vez mais (principalmente nas sociedades germânica ou gaulesa), temendo-se que se comporte à imagem do mito do imponente “carro de Jagannath”, que avança ferozmente e sob cujas rodas os seguidores desta deidade hindu se precipitam. No entanto, e para que se acompanhe a tendência de diminuição de comportamentos racistas e xenófobos, como se observa em países como Áustria, República Checa ou Suécia, impera o congregar de esforços para uma maior consciencialização de si e do demais e para a maior homogeneização possível deste binómio pelo direito à (in)diferença. Foi por esta razão que começámos por introduzir o Teatro do Oprimido e que nos abalancámos no exercício de procurar estabelecer uma analogia com a questão da discriminação étnica (leia-se opressão) que por tantas vezes circunda a realidade imigrante.

Num primeiro momento, este tipo de teatro começou a ser usado por camponeses e operários, para posteriormente ser manuseado por professores e estudantes. Recorrem cada vez mais a estes trabalhadores sociais, psicoterapeutas ou ONG, estando mesmo a ser usado por um grupo de teatro experimental palestino, o *Ashtar*, em Ramallah, na Cisjordânia. Dantes, em lugares exíguos, bafientos e quase clandestinos, cada vez mais se observa o seu recurso em escolas, igrejas, prisões e em acções de rua, sempre com o mesmo fim — o manuseio da representação e do diálogo como forma de debelar a opressão. Aquilo que se pede a cada um de nós é que não nos alheemos deste novo movimento de consciencialização social. Neste Ano Europeu para o Diálogo Intercultural pede-se um exercício introspectivo, não meramente ensimesmado, mas pleno de consciência do Outro e da heterogenia que compõe o tecido social e a aceitação desta.

Num ou noutro momento, de forma empírica, todos nós vivenciámos o papel de opressor ou de oprimido. Todos nós já nos sentimos confinados à condição de minoria e ao sentimento intrínseco a esta. A *alma mater* do Teatro do Oprimido reside na particularidade de todos nós sermos o “Curinga”, uma espécie de personagem neutra e inócua, num primeiro momento, mas que munida da sua consciência própria aprecia a questão e, não se quedando à passividade, entra em cena e partilha do seu ponto de vista de tal forma que consegue fazer parte da solução do problema, transformando o curso da situação.

“Considero o mundo por aquilo que ele é, Graciano:/ Um palco em que cada um deve recitar um papel” — escreveria W. Shakespeare (n. 1564 – † 1616). Este trecho d’ *O Mercador de Veneza*, mais do que uma simples consideração, deveria ser entendida como uma exortação. Uma exortação que nos deveria impelir a agir pelo bem comum tendo por base a responsabilidade inerente enquanto actores sociais. Neste homérico palco que é o mundo, e por mais liliputianos que nos sintamos, não nos podemos escusar do papel de intervenientes, nem descurar que as nossas acções influenciam de sobremaneira a vida do Outro, seja ele nosso semelhante, migrante ou pertencente a uma minoria étnica, sob pena de despir de sentido as normas éticas e morais que esteiam a nossa conduta social.

ANTÓNIO HENRIQUE TAVARES





algas sonhos transparências





COINCIDÊNCIA

Estou convidado a jantar logo à noite em casa de amigos que também estarão à mesa a saborear o que houver e digo que também estarão à mesa porque não creio que me tenham convidado para comer sozinho. Isso não se faz, não deve ser interessante estar a comer sozinho e meio curvado sobre a mesa enquanto outras pessoas sentadas ou em pé estejam lá a observar e analisar os teus movimentos que ao mínimo gesto podem parecer a mão a tremer ao levantar o copo ou migalha caída ao lado do prato além de *petites* insignificâncias,

– Repara como ela gosta de ter o garfo na mão e como ele aperta a linha abaulada do copo!

É muito provável que não haja razão para eu me sentir inquieto só porque eles telefonaram a dizer *Vem jantar!* sem acrescentar que eu seria o único talher mas também não disseram *Vem jantar conosco!*, a voz de Pauline parecia escorregar apressada e talvez por isso não tivesse tempo de acrescentar *conosco* ou então já não sabe dizer *conosco* com dois *n n*. Estou habituado que me digam *vem jantar conosco!* como dizem *vamos jantar* ou *passar convosco amanhã* ou *domingo!* ou então *Quando Deus quiser!* na voz serena de Florence La Fontaine.

Não! Vou telefonar-lhes a perguntar seja o que for,

– Vocês têm *Mademoiselle Julie*, de Strindberg?

acrescentando que ando a ler o seu teatro, e qualquer que seja a resposta fico com caminho e telefone abertos para pergunta mais subtil,

– Vocês têm visto a Françoise?

que é presença assídua em jantares e piqueniques de Pauline e portanto excelente aproximação do jantar ainda distante e se a resposta se limitar a *Sim* ou *Não* que me deixe no mesmo patamar da dúvida poderei ainda torcer o fio do auscultador,

– Vai haver muita gente a jantar logo à noite?

sem chegar à extrema necessidade de lhes dizer que o melhor é não contarem comigo,

– Tenho andado com falta de apetite papas sopa e pouco mais não sei o que é isto amanhã devo ir ao médico pobre homem já velho e doente não sei se ainda está vivo a gente esquece-se que os médicos morrem como toda a gente pois não é verdade?

– Mas não faz mal vem mesmo assim arranjamos-te papas e sopa de peixe branco sem escama convidei também *A B C* depois vês com surpresa alegre quem são as letras não sejas chato *Vem jantar conosco!*



Não! não vou telefonar. Não é impossível que durante a tarde aconteça um acidente com ambos no seu carro ou um só ou atravessando a estrada e ainda antes do crepúsculo um telefonema à porteira,

«Transmita ao senhor da mansarda do quinto direito que venha ao Hôpital Bichat visitar Pierre e Pauline Chardonay.»

Não! não vou telefonar nem ficar em casa a sentir o tempo subir até ao momento crepuscular em que seja a porteira a trepar aos trambolhões os cem degraus da mansarda para me bater à porta com três pancadas de falanginha tripla que em *concièrge* parisiense costuma dar para reanimar quem esteja entre a vida e a morte e mesmo para acordar surdos-mudos sobressaltados com o estremecimento da mobília. Entretanto posso talvez entreter-me a recordar algumas histórias e



COINCIDÊNCIA

anedotas que me pareçam mais engraçadas mas na verdade é isso fraco divertimento porque coisas já conhecidas só têm graça quando repetidas pela arte do contador de histórias – a não ser que me aconteça cair sobre história ou anedota que eu não conheça do antecedente. Nada fácil. – *Que fazer!*

– *Que fazer?* – Eis uma pergunta a recordar-me um tio que aos vinte anos saltou da banheira e lançou-se nu pelas ruas da vila a reviver o *EUREKA!* de Archimedes, e quando meio século depois chegava ao fim do *adeus* a todas as pessoas da família desceu as pálpebras e levantou serenamente os braços: *Que fazer!* Ainda hoje não se sabe o que queria fazer na vida.

– Que fazer? Talvez parar de pensar no silêncio da mansarda de Mirbel e descer ao café Saint-Médard e ruas vizinhas para distrair mais perto das gentes a contar o tempo durante a tarde estreita e longa.

– Então Manuel! esperávamos ontem à noite por ti para jantares connosco e hoje de manhã cedo telefonou-nos a Françoise a dizer que estavas aqui no Hôpital Bichat, que brincadeira é essa!

– O que é que querem que eu diga! atravessava a Avenue des Gobelins e não me lembro de mais nada.

Pierre e Pauline deixaram-me bolos e flores sobre a mesa de cabeceira e foram de visita curta porque tinham de regressar aos seus trabalhos, saíram sem pensar levar a porta que ficou entreaberta e logo ali no corredor cruzaram-se com o jovem médico assistente,

– O que pensa do estado do ferido, acha que vai levar muitos dias?

– Não é *hiperintersomático* grave e apesar de já estarmos no desabrochar de Julho deve ter alta antes do natal.

– Certamente para uma longa convalescença! a *Maison de Repos* de Rambouillet seria excelente para ele!

– *Ah ah!* nem pensar nisso, deve ir directamente para o *Centro Residencial de Inválidos* em Creteil.

Chatice, mas porque é que não levaram a porta consigo!

MANUEL MACHADO
Paris, 1968 (escrito em francês)
Oslo, 2008 (tradução do autor)

N.A.:

Oslo, 1977 – o subtítulo intercalado *Que fazer?*, aqui apenas esquiçado, foi desenvolvido e depois traduzido, do francês para norueguês, pelo poeta Sigurd Helseth. Publicado no jornal cultural *PRESSE 7*.

Angra do Heroísmo, 1981 – o mesmo *Que fazer?* – traduzido do francês pelo autor, publicado no livro *Enquanto os coveiros dormem*.

(Em norueguês como em português, o subtítulo *Que fazer?* recebeu o título autónomo de *O TIO*).





À porta da Primavera
Fotografia de Rui Melo

WHITE CHAIR, MOONLIGHT, FOUR A.M.

Gibbous, waxing, just a few days short of full
but behind the house now, to the west, and so its light
was the color of cold water falling from a fountain, and
it pressed like a mist upon the high wall of camphor trees,
and then on the lawn, the white chair against the white
daisies, and all the fern and jasmine stepping back into
their servile grays—it was not their time yet, and they
waited to swell their progress or start their several scenes,
but no, it was the chair, solitary, the gray lawn beneath, it had
nothing to say, except in the languages of light and its absence,
which are silent and puzzling, and so it arrested me, it held me
behind my kitchen window for long minutes, and in that
quiet I drifted into the world of objects and was lost among
their lost souls and their own bewilderment—but taken up,
too, with their open hands and their pure expressions. Then
I knew I could walk among them and sift through their paling
lights, a thing among things, and I could be touched by their
sameness, which would become my own, and I could be pleased.
*Lie down, lie down on the cold wet grass. Lie down under the
gossiping leaves. And I was hushed in my long kitchen, and
hushed in my broad window. Such silence. Not yet. Not yet.*

FRANK X. GASPAR





Fotografia de JOSÉ FONTES

Primeiro Poema

Foi o mar
O meu primeiro amor
Descia as ruas de São Francisco e Direita
Ia ao Pátio da Alfândega
Mirar-te
Acompanhava-me sempre uma amiga
Íamos de braço dado
Era bonito...
O que te dizia não sei
Foste o objecto
Do meu primeiro poema
Foste o amante perfeito
Se estavas zangado
Que fascínio
Se estavas manso
Que doçura
O balancé das tuas marés
Embalava os meus sonhos

Ele apareceu na minha vida
Imagina... na rua Direita
Esqueci-me de ti
Abandonei-te
Não senti a tua falta
Quando te visitei
Não eras o mesmo
Nunca compreendi esta indiferença
Até este momento
Em que descobri que só te troquei
Por um amor
Que não podias competir
Afinal não é frieza o que sinto por ti
Encontrei o amor maior
Ele... é só

MARIA DAS DORES BEIRÃO

Viagem Mítica

Viajo nas entranhas
Dum enorme
Pássaro cinzento
Voa potente rasgando nuvens
Sobre a imensidão do oceano
Nas suas entranhas
Paira a consciência colectiva
Dum povo ancestral

Voa impassível
Enquanto nas suas veias
Borbulha a cultura viva
Duma gente
Que não mede distâncias
Para levar a irmãos longínquos
Charambas chamarritas
Saudades sapateias

Navega indiferente
Enquanto no seu ventre
Abriga jovens
Alegres e sonhadores
Que cantam as memórias
Dos pais e dos avós

Rompe a escuridão da noite
Enquanto no seu peito
Pais espreitam orgulhosos
E avós dormitam
Inventando o futuro dos netos

E eu
De mãos dadas
Com o meu destino
Tento adormecer feliz
Nas entranhas
Deste enorme pássaro cinzento

Abuso

Saudade...
Estás a ser abusada
Incomoda-me o teu uso
Falsificam os sentimentos
Que representas
Dependuram-te no anzol
Sem receio de te poluir
No lodo de interesses
Mesquinhos

És cantada à toa
E rimam-te
Com a virtude
Com a dor e ausência
Com submissão e paciência
Como doença sem cura
Depois oferecem como remédio
A tua morte... que não mata
E as vítimas continuam

Para mim és sempre
A amiga leal
Que não quer as minhas lágrimas
Que dá vida às minhas
Memórias
Doces e amargas

Este grito
É apenas para calar
A leviandade com que
Te usam
És património nosso
Se te roubam a alma
Saudade
Serás apenas
Palavra vazia

MARIA DAS DORES BEIRÃO

A terra, de repente, estremeceu a minha vida. Senti na sola dos pés uma corrente eléctrica que me subiu ao coração. Fugi para os braços de minha mãe enquanto o céu caía sobre a casa e a lua derrubava as telhas com uma cintilação demoníaca. Mamã, a tremer de susto, deixou cair duas lágrimas nos meus cabelos. Eu era ainda dessa altura, do tamanho de uma infância. E cabia todo num abraço.

Eduardo Bettencourt Pinto



Por aqui passa a voz do mar. Mas é uma mulher que canta nas arestas, entre verde e sombra.
Dá aos meus lábios essas gotas, essa música. A minha sede, ilha, tem a idade da água.

Eduardo Bettencourt Pinto



Cresci pouco, como vês. A minha recordação mais antiga são as tuas mãos. Arrancaram-me do chão e deixaram-me aqui, vestido de barro, descalço e órfão para sempre. Choro em dias sombrios e frios, sozinho como o vento. Nem os teus passos oiço, remos quebrados pelas ruas da América. Serei muito velho quando voltares. Terei dentro de mim o silêncio e a cor esvaída de uma estrela longínqua.

Eduardo Bettencourt Pinto







